LUIZ JEHA PECCI DE OLIVEIRA

A HISTÓRIA E A NACIONALIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA GUERRA DO PARAGUAI NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

BOLSISTA - CAPES/PROSUC

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

MESTRADO

CAMPO GRANDE, MS

2022

LUIZ JEHA PECCI DE OLIVEIRA

A HISTÓRIA E A NACIONALIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA GUERRA DO PARAGUAI NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho e coorientação da Profª Drª Dolores Pereira Ribeiro Coutinho.

BOLSISTA - CAPES/PROSUC

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

MESTRADO

CAMPO GRANDE, MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

O48h Oliveira, Luiz Jeha Pecci de
A história e a nacionalidade: um estudo sobre o papel da Guerra do Paraguai na construção da identidade nacional brasileira/ Luiz Jeha Pecci de Oliveira sob orientação da Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho.-- Campo Grande, MS : 2022.
92 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Ano 2022
Bibliografia: p. 84-92

1. Identidade nacional - História - Brasil. 2. Guerra do Paraguai (1864-1870) - Aspectos socioculturais I.Castilho, Maria Augusta de. II. Título.

CDD: 981.0434

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "A história e a nacionalidade: Um estudo sobre o papel da guerra do Paraguai na construção da identidade nacional brasileira"

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 20/12/2022

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Maria Augusta de Castilho, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.

Mcastilho

Prof.ª Dr.ª Maria Augusta de Castilho (Orientadora)
Prof. Dr. Carlos Magno Naglis Vieira (UNIR)
Prof.ª Dr.ª Arlinda Cantero Dorsa (PPGDL/UCDB)

Aos heróis que sangraram por esta pátria.

AGRADECIMENTOS

Este agradecimento é também uma dedicatória a todos os que foram importantes em algum momento para a produção desta monografia.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que foi meu primeiro auxílio na redação deste trabalho, dando-me o dom da vida e protegendo-me contra as intempéries do caminho.

À Santíssima Virgem Maria, que me guiou apesar de todas as minhas faltas.

Aos anjos e santos, especialmente àqueles por quem tenho devoção particular, que também me auxiliaram - São José, São Camilo de Lellis, Santo Inácio de Loyola e São Luís, para quem pedia com vigor que rogassem por mim.

À minha noiva, Letícia, amor da minha vida, que esteve comigo nos momentos mais difíceis da escrita deste trabalho, sempre demonstrando carinho e compreensão.

À minha orientadora, professora Maria Augusta de Castilho, que teve a paciência a coragem de admitir como orientando um profissional que pertence a uma área de formação distinta, mas a quem se liga pelo amor que dedica ao ofício da história.

Aos meus familiares, amigos e bons professores, inclusive os virtuais, os quais, ainda que não estejam nominalmente citados, sabem da importância que tiveram na continuidade desta produção;

Aos heróis do Brasil, vivos e mortos, civis e militares, que sempre terão eterna admiração e respeito deste que aqui escreve.

Muito obrigado a todos.

L'existence d'une nation est
(pardonnez-moi cette métaphore) un
plébiscite de tous les jours, comme
l'existence de l'individu est une
affirmation perpétuelle de vie.

Ernest Renan, 1882.

OLIVEIRA, Luiz Jeha Pecci de. **A história e a nacionalidade: um estudo sobre o papel da Guerra do Paraguai na construção da identidade nacional brasileira.** 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, 2022.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a defender como o compartilhamento de uma história comum pode ser entendido como um elemento fundamental na compreensão da identidade nacional de um povo, exemplificando o exposto mediante a apresentação do papel da Guerra do Paraguai (1864-1870) na construção da identidade nacional brasileira. Esta pesquisa se insere na área de concentração de Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades, atuando na linha de pesquisa que aborda cultura, identidade e diversidade na dinâmica territorial. A relevância deste trabalho se verifica pela necessidade de se ampliar o debate sobre o entendimento da nacionalidade brasileira no campo das ciências humanas, distanciando-se das concepções mais superficiais que permeiam o assunto. O problema central que orienta esta pesquisa é a definição do que constrói uma identidade, de modo a esclarecer, sob a ótica aqui defendida, por que e como a Guerra do Paraguai teve tamanho impacto no Brasil, de maneira a moldar a percepção do povo sobre si mesmo de forma duradoura. Para que se atinjam esses objetivos, este trabalho pretende efetivar uma apresentação conceitual sobre conceitos-chave como história e historiografia; explicar a correlação entre identidade e nação, bem como os conceitos acessórios que cercam essas duas ideias e, por fim, realizar, de forma sucinta, uma exposição histórica sobre o panorama brasileiro, expondo como a Guerra do Paraguai ajudou a moldar a identidade nacional do povo brasileiro por meio de algumas de suas manifestações na expressão do país. A execução deste trabalho se efetivou com o emprego do método hipotético-dedutivo, manifestando-se em um raciocínio que partiu de uma premissa geral (a concepção da história como elemento formador da identidade) para explicar um fenômeno particular com base em um evento individualizado e específico (a construção da identidade nacional brasileira em decorrência do papel exercido pela Guerra do Paraguai), o que perfez a hipótese central trabalhada. O estudo contou também com procedimento histórico, com grande referência à ciência humana que explica a trajetória nacional do Brasil, valendo-se de extensa base bibliográfica, notadamente oriunda de bases de dados públicas, com acesso gratuito. Após o desenvolvimento do trabalho, concluiu-se que a percepção coletiva da história comum permitiu e permite que habitantes das mais distintas regiões do país se percebam como membros de um único povo, em serviço a uma única nação, que deles pode precisar, e que se manifesta de diversas maneiras, a exemplo do desenvolvimento de um senso de patriotismo; a alteração de percepção geral sobre o papel das Forças Armadas; a consolidação dos símbolos e heróis nacionais; e o desenvolvimento das relações raciais no país, a ponto de guiá-lo univocamente em direção a uma única pauta - a Abolição da Escravatura.

Palavras-chave: História. Identidade. Cultura. Identidade nacional brasileira. Guerra do Paraguai.

ABSTRACT

This dissertation proposes to defend how the sharing of a common history can be understood as a fundamental element in understanding the national identity of a people, exemplifying the exposed by presenting the role of the Paraguayan War (1864-1870) in the construction of the identity Brazilian national. This research is part of the area of concentration of Local Development in the context of territorialities, it took place in the line of research that addresses culture, identity and diversity in territorial dynamics. The psychology of this work is verified by the need to broaden the debate on the understanding of Brazilian nationality in the field of human sciences, distancing itself from the more permissible conceptions that permeate the subject. The central problem that guides this research is the definition of what to build an identity, in order to clarify, from the point of view defended here, why and how the Paraguayan War had such an impact in Brazil, in order to shape the people's perception of it. yourself permanently. In order to involve these objectives, this work intends to carry out a conceptual presentation on key concepts such as history and historiography; explain the butterfly between identity and nation, as well as the basic concepts that surround these two ideas and, finally, carry out, in a succinct way, a historical exposition on the Brazilian panorama, exposing how the Paraguayan War helped to shape the national identity of the Brazilian people through some of its manifestations in the expression of the country. The execution of this work was carried out with the use of the hypothetical-deductive method, manifesting itself in a thought that started from a general premise (the conception of history as an identity-forming element) to explain a particular phenomenon based on an individualized event and (the construction of the Brazilian national identity as a result of the role played by the Paraguayan War), which made up the central hypothesis worked on. The study also outlines a historical procedure, with great reference to human science that explains the national trajectory of Brazil, making use of an extensive bibliographic base, notably originating from public databases, with free access. After the development of the work, it was concluded that the collective perception of the common history allowed and allowed that inhabitants of the most different regions of the country perceive themselves as members of a single people, in service to a single nation, which may need them, and which manifests itself in many ways, an example of developing a sense of patriotism; the change in the general perception of the role of the Armed Forces; the consolidation of national symbols and heroes; and the development of race relations in the country, to the point of unambiguously guiding it towards a single agenda - the Abolition of Slavery.

Keywords: History. Identity. Culture. Brazilian national identity. Paraguayan War.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Retrato de Marc Bloch.....17

Figura 2 - Retrato de Ernest Renan.....28

Figura 3 - Batalha dos Guararapes, de Victor Meirelles.....35

Figura 4 - Retrato de Dom Pedro II 41

Figura 5 - Retrato de Francisco Solano López 43

Figura 6 - Combate Naval do Riachuelo, de Edoardo de Martino.....44

Figura 7 - Quadro com o número de voluntários da pátria e guardas nacionais arregimentados por província.....50

Figura 8 - Brigada baiana em Nova Palmira.....51

Figura 9 - Voluntários da pátria brasileiros 53

Figura 10 - Caçadores do Exército Imperial Brasileiro.....55

Figura 11 - Batalha do Avaí, de Pedro Américo.....66

Figura 12 - Zuavo baiano.....71

Figura 13 - Charge de Ângelo Agostini intitulada “de volta do Paraguai” 74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....12

2 INTERLOCUÇÕES ENTRE HISTÓRIA, IDENTIDADE E NAÇÃO.....16

2.1 A história e sua importância.....16

2.2 A historiografia.....18

2.3 Identidade e cultura.....21

2.4 Uma nação para servir.....26

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA E A GUERRA DO PARAGUAI.....30

3.1 Efemérides da história brasileira até a Guerra do Paraguai.....30

3.2. Síntese sobre a Guerra do Paraguai.....42

3.3 A reação - os voluntários da pátria e o senso de patriotismo.....46

3.4 A visão sobre as Forças Armadas.....54

3.5 Os símbolos e heróis nacionais.....60

3.6 As relações raciais e o Abolicionismo.....67

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....77

REFERÊNCIAS.....84

1 INTRODUÇÃO

Um dos pontos fundamentais de compreensão da condição humana é o entendimento sobre a forma como o homem se percebe no mundo. Para que o ser humano saiba quem é, ele precisa ter noção de duas coisas: a forma como ele se percebe perante si mesmo, e a maneira pela qual ele se posiciona diante do mundo. Assim, surge a discussão sobre a identidade - uma constante busca de respostas diante do espelho da existência.

Trazendo-se um conceito de aplicação naturalmente antropológica, a definição da identidade não se restringe ao campo individual. Homens e mulheres se reúnem, e, dessa reunião, surgem grupos que, em última instância, formam as nações e países. O problema da identidade também é, por conseguinte, um problema nacional, visto que as mesmas nações também precisam de autodefinição, inclusive na ordem do mundo.

Todos os povos devem lidar com essa questão, e o brasileiro, que integra o objeto deste trabalho, é um deles. A identidade nacional brasileira pode ser tratada como uma incógnita, diante de território tão extenso povoado por pessoas tão diversas, mas esta pesquisa propõe uma abordagem diferente. Ela parte do pressuposto de que houve certos pontos nevrálgicos na história do Brasil que permitiram que a população univocamente se enxergasse sob uma certa unidade. Esses pontos moldaram as percepções do povo brasileiro - mesmo em abstrato - sobre diversos aspectos da vida nacional, e muitos deles perduram até a presente data.

Pretende-se defender aqui que um desses pontos foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). O maior conflito da história latino-americana, que opôs a República do Paraguai a uma aliança formada pelo Império do Brasil e pelas repúblicas da Argentina e do Uruguai, deixou marcas consideráveis na *psique* de todos os envolvidos. No caso brasileiro, o qual será analisado no decorrer desta dissertação, o confronto impactou de forma profunda o senso compartilhado de nacionalidade, alterando a percepção dos então súditos imperiais sobre si mesmos, suas instituições, seus símbolos, seus heróis, e mesmo sobre seus compatriotas menos e mais favorecidos.

Assim, a partir do problema central de entendimento sobre o que torna alguém brasileiro, criam-se duas questões norteadoras para orientar este trabalho. A primeira

questão envolve entender por que a Guerra do Paraguai teve o citado impacto no Brasil. A segunda trabalha com a explicação sobre como isso efetivamente ocorreu, analisando separadamente cada um dos efeitos desse fenômeno.

Para respondê-las, o fundamento primário da pesquisa é a história. O objetivo central desta dissertação é mostrar que a história é um elemento central na construção da identidade nacional de um povo, de modo que o compartilhamento de uma trajetória nacional comum é capaz de guiar uma nação em momentos de autodefinição. Isso é perfeitamente aplicável ao caso brasileiro, verificável a partir do momento em que uma agressão externa fez despertar a recordação dessa história comum para desenvolver uma união em torno da nacionalidade - caso aplicável à interpretação do papel da Guerra do Paraguai na história do Brasil.

Ressalta-se que este trabalho também é escrito como uma crítica implícita àquelas interpretações mais superficiais da formação da identidade nacional brasileira. Afinal, esta dissertação carrega a pretensão maior de inserir elementos mais coerentes no debate sobre o tema, aprofundando-o por meio de uma análise interdisciplinar. O interesse do acadêmico mestrando na temática, que existe já há muitos anos, foi uma das duas inspirações para a concepção deste trabalho, com a outra sendo justamente o anseio de responder àquelas teses – algumas das quais com notório trânsito acadêmico – que rebaixam a identidade brasileira à medida dos próprios vícios de seus autores.

Para que se atinjam esses objetivos, desenham-se a seguir as tarefas específicas deste escrito, devidamente desenvolvidas em suas respectivas seções:

(a) explicar o que são a história e a historiografia, detalhando a importância de seu estudo;

(b) apresentar uma visão geral sobre os conceitos de identidade e nação, entrelaçando-os com outros pontos-chave da construção desta pesquisa, para desenhar coerentemente a ideia de identidade nacional;

(c) descrever e refletir como se deu o processo de formação da identidade nacional brasileira a partir do exemplo da Guerra do Paraguai, iniciando-se o tópico com sínteses referentes a efemérides da história brasileira até 1864 e ao próprio conflito, detalhando-se a seguir a maneira pela qual o enfrentamento bélico descrito contribuiu para o desenvolvimento de um senso de patriotismo no Brasil - ilustrado pelos

Voluntários da Pátria -; para a alteração da percepção do povo sobre as Forças Armadas, bem como delas próprias sobre si mesmas; para a solidificação dos símbolos nacionais, incluindo as figuras dos heróis da pátria; e para o desenvolvimento das relações raciais no Brasil, que, em última instância, desembocaram na Abolição da Escravatura no Império.

É pertinente também que se faça uma delimitação: não está entre as pretensões deste trabalho exaurir toda a história brasileira, inclusive no período posterior à Guerra do Paraguai, para encontrar e dissecar elementos que se pode defender igualmente como importantes para a identificação nacional. A mencionada síntese sobre as efemérides brasileiras até 1864 - ano inicial da Guerra do Paraguai - é feita com finalidade de contextualização e robustecimento da tese central, mas o objeto central da análise se encontra no conflito contra as hostes de Francisco Solano López.

Todos os aspectos trabalhados contribuem para o nivelamento da percepção que o brasileiro tem sobre si mesmo, adquirida ou lapidada nos campos de batalha do Paraguai. Como elo fundamental entre eles, será apresentado o papel da história comum de um povo que se esforçou conjuntamente para repelir uma agressão estrangeira.

Esta pesquisa foi realizada com o emprego do método hipotético-dedutivo. Isso porque, em primeiro lugar, ela se valeu de um raciocínio que partiu de uma premissa geral (a concepção da história como elemento formador da identidade) para explicar um fenômeno particular com base em um evento individualizado e específico (a construção da identidade nacional brasileira em decorrência do papel exercido pela Guerra do Paraguai). Em segundo lugar, essa explicação se deu por meio do desenho de uma hipótese, colocada como tópico de inserção no debate sobre a temática. O procedimento empregado foi o histórico, com farta reminiscência à ciência humana que explica a trajetória nacional do Brasil, especificamente no que tange ao conflito platino que perfaz o objeto da dissertação.

A bibliografia que fundamenta a dissertação provém de um vasto leque de obras, cuja natureza varia desde aquelas de aquisição própria deste pesquisador, passando pelas emprestadas de bibliotecas físicas, até as encontradas em livrarias digitais públicas, com notório destaque para as plataformas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Já as imagens que ilustram este trabalho

foram buscadas em bancos de dados igualmente públicos, estando organizadas de acordo com a estruturação de cada capítulo.

Por fim, mostra-se clara a relevância do trabalho apresentado, visto que sua pretensão fundamental é que ele seja usado para amadurecer a discussão nas ciências humanas do país, no que tange à formação da identidade nacional brasileira. Reitera-se que seu maior objetivo é fugir de explicações aparentemente fáceis e superficiais para descrever a percepção do brasileiro sobre si, de modo a iniciar um debate no campo do Desenvolvimento Local para que futuramente mais produções se abram à área.

Que seja esta dissertação um dos muitos objetos de estudo para o cidadão comum - ainda que este esteja alheio ao meio acadêmico - compreender qual a origem de suas ideias sobre o mundo que o rodeia, embasando futuros trabalhos sobre os tópicos levantados.

2 INTERLOCUÇÕES ENTRE HISTÓRIA, IDENTIDADE E NAÇÃO

O início necessário do desenvolvimento da tese a ser defendida neste trabalho é a delimitação de seus instrumentos. Antes de se adentrar em uma discussão mais específica sobre identidade de um povo, é preciso passar por uma fase de fixação conceitual que estabeleça qual o elemento primordial que a define e constitui. Assim, é preciso iniciar a discussão entendendo seu ponto de partida: a história e as maneiras de contá-la.

2.1 A história e sua importância

O situar-se do ser humano na realidade do mundo passa pela inescapável percepção das relações entre homem, tempo e espaço. Só é possível a uma pessoa um entendimento sólido sobre quem ela é a partir de uma compreensão clara sobre o lugar do qual ela veio, traçando então um rumo para onde ela se direcionará.

Aí entra o estudo da história. Esta pode se definir, nas palavras do historiador francês Marc Bloch (1886-1944), como a ciência que estuda os homens - e suas ações - no tempo (BLOCH, 1997). É o que Paul Veyne (1982, p. 12) chamou de "conhecimento mediante documentos", sustentando ainda que a narrativa histórica vai além destes, por não se resumir ao próprio evento a ser analisado.

Comentando as conclusões de Bloch, Furtado Filho (2021, p. 13) coloca que:

> Marc Bloch lembrava que História era palavra antiquíssima (ao ponto de despertar enfado e fastio em alguns). Em outra passagem, avisava que os homens não renovam o vocabulário a cada modificação nos seus costumes. Desde o surgimento da palavra, há mais de dois mil anos, portanto, seu conteúdo se modificara diversas vezes, o que Bloch via como indício de uma linguagem viva. Discordava da denominação de ciência do passado. Preferia realçar a ideia de tempo e duração; ou seja, as relações entre as temporalidades, a dialética entre passado e presente (e, por que não, futuro?). Isso, para além (e amiúde ao invés) da perspectiva genética, que poderia descambar na idolatria das origens, quando os inícios valiam como explicação e estabeleciam os desenvolvimentos e destinações. Bloch considerava, ademais, que os exercícios intelectuais habilmente conduzidos eram à sua maneira também obras de arte e que a História não devia abandonar seu lado poético e imaginativo.

A partir desse conceito inicial, passa-se ao objeto do estudo da história: o fato histórico. Estabelece-se por conhecimento comum que um fato é um acontecimento de

existência induvidosa individualizável no tempo, mas questão mais complexa se apresenta ao se estabelecer um fato como histórico. Rodrigues (1978, p. 34) conceitua um fato histórico como uma marca temporal detentora de algumas características, descrevendo-o como: contemporâneo; eficaz; produtivo na satisfação das necessidades da vida; capaz de satisfazer a novas necessidades; singular e individual; irreversível; impessoal; único e complexo; dialético-processual; breve na ação e durável nos efeitos.

Figura 1 - Retrato do historiador francês Marc Bloch (1886-1944).

Fonte: WIKIPEDIA, 2022.

Para exemplificar a classificação acima, entenda-se, como exemplo de fato histórico, a descoberta de um elemento químico. Ela é um acontecimento marcado no tempo, o que se prova pelo fato de que antes não se conhecia o dito elemento, tornando a descoberta contemporânea. Sua eficácia, a produção de seus efeitos, é mostrada com a utilização que se pode dar a tal elemento, o que também apresenta o fato como produtivo. A descoberta é um evento único, verificada sobre aquele item específico, de modo que ele, uma vez descoberto, não pode mais ser ocultado do conhecimento humano. É o mesmo item que se conecta a uma cadeia de ações que se relacionam com e sobre ele, e, por mais que o próprio ato da descoberta possa ser reduzido e individualizado no tempo, as gerações futuras se beneficiarão do conhecimento obtido a partir desse elemento.

Como forma de introdução conceitual a determinados instrumentos que serão melhor trabalhados no decorrer desta pesquisa, faz-se oportuna sintética descrição acerca do objeto da história:

> A História, como produção de conhecimento, não só induz ao afloramento de lembranças registradas pela memória, como procura, por meio de um tratamento acadêmico racional, ordenar os vestígios, relacionando-os à trama de reconstituição do processo histórico em todas as dimensões que lhe são peculiares. Desta forma, é lícito considerar-se a produção historiográfica como um segmento específico da memória coletiva. Um segmento caracterizado por utilização de metodologias apropriadas à produção do conhecimento, à recuperação de informações sobre o passado e à realização de análises e

> interpretações sobre esse mesmo passado (ALMEIDA NEVES, 2000, p.111).

De todo modo, pode-se atribuir à história o papel de "testemunha dos tempos, de tocha da verdade, de escola da virtude, de guardiã dos acontecimentos e, se fosse permitido falar assim, de fiel mensageira da Antiguidade" (ROLLIN, 1821-1825, livro 27, tomo IX, p. 208). A compreensão correta dessa disciplina representa a chave para a compreensão do próprio passado humano como um todo, colocando o estudioso em condições de avaliar as ações dos homens que os precederam.

A importância desse tipo de avaliação se verifica na medida em que o conhecimento do caminho trilhado pelo ser humano até determinado ponto no tempo é essencial para sua identidade - conceito que será melhor abordado em momento posterior. Afinal, para que o ser humano vislumbre para onde vai, ele precisa saber de onde veio, em um processo de aprendizado que o coloca em contato com os feitos de seus ancestrais, servindo também para situá-lo no presente.

Identifica-se que o mencionado aprendizado é contínuo, concomitante à própria natureza da matéria. Também por isso, há pertinência em recordar os dizeres de Torres (1996, p. 55), quando este estabelece que "a história, enquanto processo do acontecer humano na dinâmica de uma determinada sociedade, jamais esgota-se nos procedimentos teóricos do historiador".

A partir do entendimento sobre o que é a história, faz-se também necessária a compreensão sobre as maneiras de contá-la: entra-se, aqui, na temática da historiografia.

2.2 A historiografia

Tão importante quanto entender a própria história é entender a forma pela qual, dentro de determinada peculiaridade, ela é contada. Essa necessidade obriga o pesquisador a imergir no tema da historiografia, fazendo-o perceber nuances distintas de descrição da realidade.

A imersão descrita é oriunda da qualidade científica da história. Os que nela acreditam recordam que essa qualidade é defensável pelo fato de que a citada área do conhecimento detém regras que possibilitam um controle de operações a partir do qual se podem formular certos enunciados (CHARTIER, 1994). Assim, a partir de um olhar externo, o estudioso pode distinguir determinadas correntes de pensamento sobre o

mesmo fato, apreciando-as com um olhar crítico, e estabelecendo uma rede de explicações para os fenômenos verificados.

Essa é a função da historiografia. Fixando sua definição primária como "toda produção do conhecimento histórico (ou de outras áreas do conhecimento) referente a determinado tema e período" (TORRES, 1996, p. 56), pode-se entendê-la como a "história da história", o que é relevante para a tese que aqui se pretende apresentar.

Há outra importante distinção entre ambos os conceitos, especificamente no campo das respectivas produções de conhecimento. A historiografia é apresentável, fundamentalmente, como uma forma de compreender a história:

> O conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender a realidade. A Historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou (...) Dessa maneira, o objeto do conhecimento histórico é o que chamamos de História para efeito de nossas proposições (...) Conhecimento histórico é o que resulta do processo limitativo de conhecimento e reconstituição, análise e interpretação daquele objeto, vindo a Historiografia a ser a análise crítica do conhecimento histórico e historiográfico, e do seu processo de produção, reconhecendo, portanto, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica (LAPA, 1981, p. 18-19, *apud* TORRES, 1996, p. 54).

A própria ideia de historiografia, contudo, também precisa de suas matérias-primas. Elas são, por excelência, as fontes históricas com as quais se pode trabalhar. É possível conceituar fonte histórica como "tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano" (BARROS, 2012, p. 130). A partir delas, é possível executar todo um trabalho de interpretação da realidade - execução verdadeiramente historiográfica.

Isso exige dos historiadores uma pesquisa minuciosa. Sobre essa pesquisa, aduz José Honório Rodrigues (1978, p. 21):

> A pesquisa histórica é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da História. Ela deve obedecer aos princípios críticos da disciplina, às regras acumuladas pelo equipamento das chamadas ciências auxiliares, em suma, identificar-se com as técnicas do historiador. A descoberta dos fatos, da documentação, e o seu correto uso constituem a pesquisa.

A partir daí, faz-se uma mensuração valorativa dos fatos que fundamentam a pesquisa, de modo a produzir teses historiográficas. Esse procedimento, contudo, deverá

se atentar à advertência do imortal historiador Marc Bloch no que diz respeito à observância da prudência avaliativa ao se fazer uma análise histórica:

> Por infelicidade, à força de julgar, acaba-se, quase fatalmente, por perder até o gosto de explicar. Com as paixões do passado misturando seus reflexos aos *partis pris*[1] do presente, o olhar se turva sem remédio e, assim como o mundo dos maniqueus, a humana realidade vira apenas um quadro em preto e branco. Montaigne já nos chamara a atenção: "A partir do momento em que o julgamento pende para um lado, não se pode evitar de contornar e distorcer a narração nesse viés." Do mesmo modo, para penetrar uma consciência estranha separada de nós pelo intervalo das gerações, é preciso quase se despojar de seu próprio eu. Para lhe dizer algumas verdades, basta permanecer o que se é. O esforço é certamente menos rude (BLOCH, 2002, p. 126-127).

Diante disso, pode-se entender como o objeto de estudo do historiador se encaixa no processo de compreensão do mundo. Esse processo está firmemente ligado, portanto, à ideia de um caminho de conhecimento a ser percorrido pelo estudioso da matéria, visto que a historiografia pode ser entendida como "o resultado da trajetória percorrida pelos estudos históricos, que expressam determinadas operações envolvendo o historiador, o pensamento histórico, o trabalho documental e as narrativas" (ARAÚJO, 2015, p. 227).

Trazer para análise o estudo da historiografia tem ainda uma importância fundamental: a forma como se conta o passado influencia a percepção do indivíduo sobre ele. Essa é a conclusão a que se pode chegar a partir da leitura deste excerto de Coelho (2004, p. 42), no qual o autor trabalha com a ideia de memória:

> (...) a importância da memória para a constituição de identidades pessoais ou coletivas independe de sua fidelidade em relação a fatos realmente ocorridos. É por demais conhecido que muitas de nossas informações a respeito do passado são reconstruções pessoais e coletivas as quais sofrem influências do presente. Freud, por exemplo, postulou que muitas de nossas lembranças da infância não correspondem a fatos realmente vivenciados, mas são fantasias construídas posteriormente sob a ação do desejo. Muitos estudos psicológicos mostram que informações recebidas sobre o nosso passado podem transformar-se em lembranças a respeito do mesmo. E, ainda, deve-se considerar o fato de que assim como o presente é construído socialmente, o passado é reconstruído atendendo às exigências e aos interesses da vida social e de seus principais porta-vozes.

Feitas essas considerações, deve-se consignar que é a partir da produção da história que determinado indivíduo não apenas tem ciência sobre o próprio passado, mas sofre todo um conjunto de influências ao guiar sua percepção sobre ele. A adoção de

---

[1] "Preconceito", "opinião preconcebida", em francês (tradução livre).

determinada abordagem historiográfica é capaz de desenvolver no estudioso, seja ele um profissional da área ou não, um sentimento específico sobre determinado fato ou agente, chegando a influenciar sua inserção - ou exclusão - em determinado grupo.

Novamente como exemplificação, examine-se determinado personagem da história de um país. Enquanto uma primeira linha historiográfica o retrata como herói, graças a todo um conjunto de virtudes, uma segunda linha o trata sob o prisma oposto, tendo-o como vilão, enumerando os vícios que justifiquem essa visão. As pessoas simpáticas à interpretação do primeiro grupo guardarão uma série de reservas quanto ao segundo, e vice-versa.

Então, imagine-se esse mesmo processo ampliado para englobar a narrativa histórica de todo um povo, especificamente quanto a um evento histórico específico. Dessa forma, atinge-se potencial tópico sensível na formação de toda uma comunidade quando a descrição em questão tratar acerca de fato ou pessoa coletivamente entendidos como determinantes para seus integrantes.

Como se pode inferir, o processo descrito é a peça-chave para que se perceba como a história é elemento fundamental na construção da identidade de uma nação, o que será explicado na seção seguinte, a partir de outra delimitação conceitual.

2.3 Identidade e cultura

O entendimento sobre o que é a história traz como consequência a fixação dos primeiros passos na compreensão de como se dá um processo de verdadeiro estudo sobre o tempo. Assim, fixa-se também premissa a ser explorada no cerne deste trabalho, compreendendo como a mesma história é o ponto que une e constrói a percepção de determinado grupo humano. Resta saber como se dá esse processo de união e construção, bem como qual tipo de grupo humano pode ser encaixado aqui, questionamentos aptos a serem respondidos a partir da delimitação de algumas ideias necessárias para a construção do raciocínio que se pretende defender nesta dissertação.

O ser humano não existe de modo solitário. O processo de situar-se no mundo, com o indivíduo entendendo-se como um sujeito de ações, emoções e obrigações, leva o homem a compreender que também tem um papel para com os semelhantes. A partir daí, ele desenvolve o que se pode entender como identidade.

A necessidade de sociabilidade impõe aos seres humanos a busca pelo convívio com os semelhantes, o que gera como consequência o surgimento de vínculos que unem as pessoas sob diferentes aspectos.

Quanto a uma conceituação de identidade, pode-se iniciar pelo verbete tradicional (MICHAELIS, 2022, s/p), o qual a define como "estado de semelhança absoluta e completa entre dois elementos com as mesmas características principais", ou "série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las".

O teórico Stuart Hall (1932-2014) contribuiu para a discussão conceitual do assunto, apontando que o processo de formação das identidades teria, sobretudo, natureza cultural. Em suas palavras, este é o significado do vocábulo apontado:

> Utilizo o termo "identidade" para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos "interpelar", nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode "falar" (HALL, 2000, p. 111-112).

A identidade é o instrumento que possibilita ao ser humano entender quem ele é, e a resposta a esse básico questionamento é a descrição de uma personagem que possui uma biografia inserida em determinada linha narrativa, esta que pode ser feita a partir dos pontos de vista individual ou coletivo (ÉSTHER, 2007). Na hipótese do último, coaduna-se com aquilo que o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) definia como memória coletiva, cujas ideias sobre o tema são comentadas por Silva (2016, p. 247):

> Halbwachs criou a categoria de "memória coletiva", por intermédio da qual postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, mediante a categoria de "memória coletiva" de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Trabalhando com o pensamento de Halbwachs, Schmidt e Mahfoud (1993, p. 288) relembram a importância de se estruturar a memória em torno de grupos de referência, assim colocados:

> O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e

> confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso.

A isso se adiciona que a operação da memória se dá por meio da construção de um elo com o passado, "enriquecendo o presente, selecionando pela lembrança e pelo esquecimento o que se deve rememorar, sendo pleiteada também por fornecer um lugar de pertencimento, uma memória comum" (AMORIM, 2012, p. 109). Observe-se, então, o que sustentou o próprio Halbwachs, analisando-se o seguinte posicionamento:

> A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderiam nos prestar quadros que subsistiriam apenas em estado de informações históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, no seio dos quais outrora se elaboraram concepções e um espírito que reinara algum tempo sobre toda sociedade, recuam logo e deixam lugar para outros, que seguram, por sua vez, durante certo período, o centro dos costumes e que modificam a opinião segundo novos modelos. Poder-se-ia crer que o mundo sobre o qual, com nossos avós idosos, estamos ainda inclinados, ocultou-se de repente. Como, dos tempos intermediários entre aquele, muito anterior ao nosso nascimento, e a época em que os interesses nacionais contemporâneos se apoderarão de nosso espírito, restam-nos poucas lembranças que ultrapassam o círculo familiar, tudo se passa como se tivesse havido, com efeito, uma interrupção, durante a qual o mundo das pessoas idosas tenha-se apagado lentamente enquanto que o quadro recobrir-se-ia de novos caracteres. Consideremos, todavia, que talvez não exista um ambiente, nem um estado de pensamentos ou de sensibilidade de outrora, dos quais subsistam traços, e nem mesmo impressões, ou seja, tudo o que for necessário para recriá-lo temporariamente (HALBWACHS, 1990, p. 45-46).

É importante que exista a recordação desses feitos nos registros históricos pretéritos de qualquer grupamento humano. Assim se postula porque isso é o que leva à compreensão da identidade do povo. Afinal, traz Nora (1996) que sociedades que mudam rapidamente vivem um profundo paradigma psicológico: os seus mais modestos vestígios e testemunhas podem ser potencialmente memoráveis, já que a sociedade vivencia a ansiedade sobre a incerteza do futuro e o significado do presente, que vem acompanhada da iminência de que todos os seus traços desapareçam.

Aqui, cabe uma observação quanto a esse pensamento: se tudo em uma sociedade pode ser rememorado, complementando-se as conclusões das seções precedentes, é de vital importância para a mesma sociedade a forma pelas quais esses traços serão lembrados no futuro.

Recorde-se ainda que essa identidade é formada sobre aquilo que denominamos como cultura. Para Tylor (1871), há uma confusão entre os conceitos de cultura e de civilização, constituindo-se a primeira como um conjunto complexo que inclui capacidades e hábitos adquiridos pelos seres humanos quando em sociedade, o que compreende as leis, a moral, os costumes, as crenças e as artes. A isso, seguem-se os termos da definição de Ávila (2005, p. 15) para o posicionamento do debate:

> Cultura é composta por símbolos, ideias e produtos materiais acumulados e associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. A cultura torna-se uma forma transmissora da memória de uma sociedade, por meio de seus instrumentos reproduzidos e conservados ao longo da história.

Observa-se, então, como a cultura integra o patrimônio de um povo, sendo de fundamental importância para que seus integrantes saibam quem são, e como se situam na ordem do mundo. A correlação entre patrimônio e identidade é recordada por Hartog (2006, p. 266):

> [...] o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade: a palavra-chave dos anos 1980. Mas, trata-se menos de uma identidade evidente e segura dela mesma do que de uma identidade que se confessa inquieta, arriscando-se de se apagar ou já amplamente esquecida, obliterada, reprimida: de uma identidade em busca dela mesma, a exumar, a "bricoler", e mesmo a inventar. Nesta acepção, o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao "dever" da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a "ardente obrigação" do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração.

O senso de identidade também é um instrumento peculiar. Individualmente, parte importante dele é integrado pela consciência de si, de tudo que faz de uma existência individual um ser de bom grado qualificado como único enquanto "pessoa" (DETIENNE, 2013, p. 12).

Uma vez compreendido o conceito de identidade e sua importância na psique, entende-se também defensável a defesa da existência de uma identidade para as pessoas como uma necessidade intrínseca a elas. Os seres humanos precisam possuir entre si um senso de pertença, unindo-os em torno de um propósito que transcenda suas respectivas individualidades.

Inicia-se, portanto, o desvelamento da tese que se pretende construir: a identidade é algo que precisa ser formado. Para isso, a história tem um papel fundamental, adicionando-se a ela a importância da linguagem na construção de uma linha narrativa para o sujeito:

> História e linguagem são dois elementos fundamentais à construção narrativa da identidade. É através da narrativa que o sujeito dá significado a sua história e planeja suas ações futuras. A identidade, como espaço de construção do sujeito psicológico, parece ser um lócus privilegiado onde podemos observar o funcionamento do paradigma narrativo em termos de negociação de significados entre os acontecimentos históricos/biográficos e o modo como o sujeito os significa (VIEIRA; HENRIQUES, 2014, p. 168).

Cabe ressaltar que, de forma coletiva, a criação do citado senso de pertença é determinante para organizar a percepção que os integrantes de uma mesma comunidade têm sobre a própria história. Esse fenômeno enseja o amadurecimento das chamadas consciência e cultura históricas, assim definidas por Martins (2019, p. 20):

> Consciência histórica é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, ambos situados no tempo. A constituição da consciência histórica é um momento lógico da operação do pensamento histórico e está imersa no ambiente abrangente da cultura histórica. Cultura histórica é, assim, o ‘acervo’ dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana ao longo do tempo. A consciência histórica precisa da memória – individual e coletiva – como referência dos conteúdos (informações, dados) que possui e com os quais opera.

Um dos mais nítidos exemplos de aplicação conceitual desses instrumentos advém do senso de nação, com todos os seus pormenores, auxiliando a explicar a percepção do ser humano em meio coletivo.

2.4. Uma nação para servir

O processo de surgimento de um laço interpessoal que implique a semelhança de visões apta a configurar uma identidade é expansivo. A partir do desenvolvimento dessa premissa, surge a ideia de nação.

Trazendo uma definição sucinta, o termo "nação" designa um conjunto de seres humanos caracterizado por uma comunidade de origem, de língua e de cultura (DETIENNE, 2013, p. 5). Dentro de uma nação existe, portanto, um traço comum que liga os indivíduos que a constituem, e esse elo é o que os identifica enquanto membros de determinada comunidade.

Nessa linha, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 796) também formulam um conceito geral da ideia:

> Normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos — ou pelo menos existentes *ab immemorabili* — e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional. As dificuldades se apresentam quando se busca definir a natureza destes laços, ou, pelo menos, identificar critérios que permitam delimitar as diversas individualidades nacionais, independentemente da natureza dos laços que as determinam.

A discussão conceitual sobre esse termo é ampla, o que consequentemente leva a diversas imprecisões no debate. Na espinhosa tarefa de definir a partir de que ponto um grupo humano constitui uma nação, alguns estudiosos apontam ressalvas que devem ser feitas quanto a esse procedimento. Um deles é Hobsbawm (1990, p. 14-15), que traz a seguinte observação:

> As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram "nações" e outros não, freqüentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. [...] Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como "nações", sempre é possível descobrir exceções. Ou os casos que correspondem à definição não são (ou não são ainda) "nações" nem possuem aspirações nacionais, ou sem dúvida as "nações" não correspondem aos critérios ou à sua combinação. Na verdade, como poderia ser diferente, já que estamos tentando ajustar entidades historicamente novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade?

Mesmo diante dessa ressalva, é útil trazer à discussão a definição dada pelo francês Ernest Renan (1823-1892), que sumarizou a ideia de nação como um "plebiscito diário" (RENAN, 1997). Seguindo-se essa linha teórica, um ideário propriamente nacional é o que une os membros desse grupo em torno de um mesmo objetivo - o que pode ser direcionado por uma pessoa ou acontecimento.

Observa-se que o mesmo pensador fornece um tom de caráter espiritual ao senso nacional, relacionando-o a um sentimento de pertença a um conjunto de indivíduos com virtudes e vantagens compartilhadas, como se lê a seguir:

> Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que para dizer a verdade não formam mais que uma constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a possessão em comum de um rico legado de lembranças; outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos. O homem, senhores, não se improvisa. A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos. O culto dos ancestrais é de todos o mais legítimo; os ancestrais nos fizeram o que nós somos. Um passado heróico, dos grandes homens, da glória (eu entendo da verdadeira), eis o capital social sobre o qual se assenta uma idéia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas conjuntamente, querer fazer ainda, eis as condições essenciais para ser um povo. Amamos na proporção dos sacrifícios que consentimos, dos males que sofremos. Amamos a casa que construímos e que transmitimos. O canto esparciata: "Nós somos o que vocês foram; nós seremos o que vocês são" é em sua simplicidade o hino resumido de toda pátria (RENAN, 1997, p. 18-19).

Então, surge também a paradigmática definição do americano Benedict Anderson (1936-2015) para fundamentar o debate acerca do termo trazido: uma nação seria uma comunidade política imaginada, concomitantemente limitada e soberana (ANDERSON, 2008). Esta seria analogicamente representada pela ideia de um organismo sociológico atravessando um tempo vazio e homogêneo, entendendo-se a nação como "uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente" (ANDERSON, 2008, p. 56).

Retorna-se à compreensão de Renan, que pode explicar essa travessia do tempo com o elemento da solidariedade:

> Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda. Ela supõe um passado; ela se resume, portanto, no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimido de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me

> esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida. Oh! Eu o sei, esta é menos metafísica que o direito divino, menos brutal que o direito pretendido histórico. Na ordem das idéias que eu vos submeto, uma nação não tem mais que um rei o direito de dizer à uma província: "Você me pertence, eu te tomo". Uma província, para nós, são os seus habitantes; se alguém neste caso tem o direito de ser consultado, é o habitante. Uma nação não tem jamais um verdadeiro interesse em se anexar ou em reter um país a seu contragosto. O voto das nações é, em definitivo, o único critério legítimo, aquele ao qual é necessário sempre retornar (RENAN, 1997, p. 19).

A nação é fundamentalmente um elemento de coesão entre pessoas distintas dentro dos mesmos tempo e espaço históricos, de modo a se concretizar em uma ideia que induz a uma necessidade de serviço. Ou seja, para que efetivamente façam parte dela, os nacionais precisam servir à nação de alguma forma.

Há uma observação a ser feita aqui. O conceito de nação está fundamentalmente ligado ao de território, de modo que a distinção entre ambos deve ser esclarecida com uma apresentação conceitual do último.

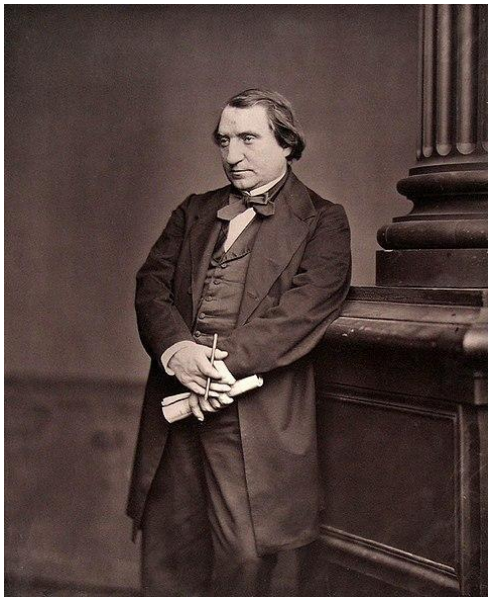


Figura 2 - Retrato de Joseph Ernest Renan (1823-1892), intelectual francês que deu notáveis contribuições ao estudo das nações e do nacionalismo, destacando-se sua palestra "*Qu'est-ce qu'une nation?"* ("o que é uma nação?"), proferida em 1882, na Universidade de Sorbonne.

Fonte: ADAM-SALOMON, 1876.

O termo "território", derivado dos fragmentos latinos "*terra*" e "*torium*", designa "terra pertencente a alguém", vinculando-se à geopolítica por se relacionar a uma apropriação de determinado espaço por algum poder advindo de instituições ou grupos (CORRÊA, 1994).

Eventual confusão conceitual com a temática trabalhada nesta seção pode, em verdade, ser empregada como complementação. Isso porque o senso nacional vem

acompanhado por uma ideia difusa de poder, a qual também vem trabalhada, no contexto territorial, na visão de Andrade (1995, p. 19):

> O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

É possível fazer um entrelaçamento entre essas noções para que se desenvolva o ponto nevrálgico deste trabalho. Uma nação, composta por um povo dentro de um território, cria em si mesma um compartilhamento de concepções sobre a realidade entre seus membros. Essas concepções guiam o desenvolvimento de uma verdadeira ideia de pertença interindividual - precisamente a que se pretende referir como identidade nacional.

Uma observação relevante deve ser trazida, valendo-se de alguns conceitos já trabalhados. O que sustenta uma nação, além do campo material de análise, é o substrato de ideias que compõe sua cultura. A solidez deste garante a perenidade não apenas da mesma cultura, mas também de um centro sobre o qual as reminiscências da identidade nacional podem se basear. Essa é a conclusão de Carvalho (2007, p. 43), ao finalizar reflexão sobre o próprio Brasil:

> Se existirá um Brasil, se existirá portanto um pensamento brasileiro, ninguém pode garantir. O que é absolutamente seguro é que a subsistência do primeiro depende do segundo. Ao longo das eras, as nações têm perdurado menos pela estabilidade de regimes, governos, constituições e Estados, que pela força indefinidamente renovável de um certo núcleo de idéias, formas e símbolos básicos que constituem a essência da sua herança cultural, entre os quais principalmente a língua, a religião e as grandes criações da imaginação e da inteligência. Estes bens constituem a terra sobre a qual nascem, evoluem, se transmutam e morrem as constituições políticas. Se queremos saber que futuro pode ter este país, devemos olhar menos para o Brasil-Estado do que para a unidade cultural, espiritual e psicológica que o sustenta.

O objetivo que subsiste, portanto, é compreender o posicionamento do Brasil nessa discussão. Para isso, deve-se entender como se deu a construção da identidade da nação brasileira ao longo de sua história - e situar o papel que a Guerra do Paraguai desempenhou nesse processo.

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA E A GUERRA DO PARAGUAI

Longe de se ater a respostas pautadas por critérios mais superficiais, o intento desta dissertação é apresentar uma explicação coerente para entender como indivíduos tão díspares, que habitam as mais distantes regiões de um país continental como o Brasil, possuem entre si um elo que une suas respectivas realidades - e percepções sobre ela. Para isso, é preciso rememorar o processo de surgimento da nação brasileira, concomitante ao de sua própria identidade.

3.1 Efemérides da história brasileira até a Guerra do Paraguai

O maior país em área territorial da América Latina se constrói a partir de cinco séculos de atribulada história. Entender a formação do Brasil leva, por sua vez, à compreensão da formação da nacionalidade brasileira, que se constituiu após a verificação de alguns pontos-chave nessa história.

Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que não é objetivo deste capítulo exaurir a discussão sobre cada momento ou desenvolvimento importante da trajetória nacional. O foco aqui é expor, como referido, alguns dos pontos mais determinantes na história para a construção de uma identidade comum entre os brasileiros, delineando a formação primitiva da ideia de pátria em terras tupiniquins.

Muito se poderia discutir sobre qual o momento de início da história brasileira. Restringindo-nos aos termos oficiais, o Brasil surge a partir da chegada e estabelecimento dos portugueses nestas terras, no contexto da expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI, fixando-se como marco inicial da história brasileira a chegada de Pedro Álvares Cabral à costa do futuro país, em abril de 1500 (FAUSTO, 1995).

Em sua monumental obra “Casa-grande e senzala”, Gilberto Freyre (1900-1987) atribuiu ao português um conjunto de vantagens que facilitou a colonização - especialmente em comparação com os demais povos colonizadores. É o que ele explicita nos seguintes termos:

> A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa; sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente, um pessoalzinho ralo, insignificante em número - sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra afligiu a Península na Idade Média- conseguido salpicar virilmente do resto de seu sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras: na Ásia, na África,

> na América, em numerosas ilhas e arquipélagos. A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. (FREYRE, 2006, p. 70)

Desenvolvendo sua tese, o sociólogo pernambucano também dá o devido destaque aos méritos administrativos dos lusitanos. Por meio da citada "mobilidade", Freyre explica como um pequeno país conseguiu organizar e reger efetivamente territórios tão maiores que o próprio Portugal continental, também muitas vezes mais populosos que a metrópole - considerando também as populações coloniais nativas -, nos termos:

> Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África, conforme conveniências de momento ou de religião. A Duarte Coelho, enriquecido pela experiência da Índia, entrega D. João III a nova capitania de Pernambuco; seus filhos, Jorge e Duarte de Albuquerque, adestrados nos combates contra os índios americanos, são chamados às guerras mais ásperas na África; da Madeira vêm para os engenhos do norte do Brasil técnicos no fabrico de açúcar. Aproveitam-se os navios da carreira das Índias para o comércio com a colônia americana. Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa. O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido como em um formidável jogo de quatro cantos. (FREYRE, 2006, p. 70).

A descoberta da nova terra tornava imperiosa a necessidade de aplicar esses preceitos em sua efetiva colonização. As ameaças de intrusão por outros europeus, notadamente franceses, obrigaram o governo português à tomada de providências para guardar a nova possessão (ABREU, 1998). Empregando mais do que simples feitorias costeiras, Portugal se viu obrigado a conduzir a primeira tentativa séria de ocupação, povoamento e desenvolvimento do novo território que constituiria, futuramente, o Brasil.

Para isso, a Coroa portuguesa dividiu o território em unidades administrativas denominadas como capitanias hereditárias. O funcionamento das capitanias é assim detalhado por Caldeira (2017, p. 51-52):

> Nos moldes da época, era uma fórmula clássica. O rei concedia parte de seus poderes a empreendedores que realizavam, por conta própria, serviços governamentais, em troca dos quais cobravam impostos dos beneficiários, embolsando a diferença na forma de lucros. Já havia sido empregada com êxito nas ilhas dos Açores e da Madeira, de modo que

> era só adaptar a ideia para a nova terra. O segredo estava no equilíbrio adequado entre o que o rei cedia ao interessado e o que reservava para si mesmo como autoridade. A parte cedida ficava registrada numa carta de doação: o domínio sobre uma porção de terra (a capitania); as regras de transmissão desse domínio para herdeiros (por isso, hereditárias); os poderes de governo reservados ao donatário em relação ao controle da justiça e da vida civil, exercidos como autoridade no lugar do rei. Já a parte da autoridade partilhada era definida em outra carta, o foral. No princípio, o termo designava uma concessão régia pela qual os moradores das vilas ficavam, num território delimitado, diretamente sob a autoridade do rei e fora da jurisdição de senhores feudais ou clérigos. A instituição foi adaptada para o caso brasileiro com algumas variações.

A instituição das capitanias trouxe à colônia um modelo de funcionamento simples e, ao menos em teoria, efetivo. Vislumbrava-se uma possibilidade real de desenvolvimento territorial, administrativamente organizada:

> Juntamente com a capitania, o rei concedia ao donatário os poderes de criar vilas ou escravizar nativos para o cultivo da terra. Além disso, o donatário ficava isento de parte dos impostos a que estaria obrigado, como o dízimo e a contribuição para a Ordem de Cristo, assim como das taxas incidentes no comércio de pau-brasil e pescados. Todavia, os demais impostos deveriam ser pagos ao rei, de modo que a ideia central era assegurar uma renda para o Tesouro, evitar despesas e, ainda assim, estabelecer no território alguma espécie de governo submetido a Lisboa. Como tudo isso era dado de graça, não faltaram interessados na doação das capitanias. Porém, com as cartas nas mãos, esses interessados teriam de viabilizar o governo nos novos domínios, o que implicava investir dinheiro na montagem da operação a fim de colher lucros. Nas ilhas do Atlântico, a fórmula dera certo com a instalação de engenhos de açúcar. Estes eram construídos e geridos por operadores interessados em enriquecer. Quando começava a produção e vinham os lucros, os operadores pagavam impostos ao donatário, que por sua vez repassava ao rei parte do dinheiro (CALDEIRA, 2017, p. 52).

Sob o pretexto de mais eficientemente governar e defender o território, em consonância com as capitanias já estabelecidas, Portugal instalou um governo-geral no Brasil, sob a chefia de Tomé de Souza, em 1549 (ABREU, 1998). Com isso, o objetivo principal português era manter a ordem interna - inclusive repelindo os intrusos franceses -, além de melhor organizar as atividades produtivas.

Nesse ínterim, menção honrosa se concede ao trabalho missionário da Companhia de Jesus. Fundada em 1534, a ordem religiosa de Santo Inácio de Loyola esteve presente no Brasil desde muito cedo, fazendo um monumental trabalho missionário com os indígenas nativos, voltado a trazê-los para a fé católica, o que facilitou em muito a assimilação sociocultural entre índio e português (LEAL, 2012).

Enquanto se solidificava a estrutura administrativa na colônia, com o governo-geral pacificando os nativos, expulsando invasores europeus e povoando o território, sobreveio fato novo determinante para a história da nova terra: em 1578, o rei de Portugal, Dom Sebastião, desapareceu em combate no norte da África. Como o monarca não tinha filhos, após rápida regência, o trono lusitano passava à vacância. O desaparecimento de Dom Sebastião ensejou uma disputa sucessória para o trono português, que foi ocupado por pelo rei da Espanha, com quem a família real portuguesa tinha laços consanguíneos (ROCHA PITA, 2011).

A assunção do trono de Portugal pelo rei da Espanha uniu os territórios das coroas da Península Ibérica, inaugurando, em 1580, o período conhecido em nossa história como União Ibérica. Isso significava que não mais existiriam fronteiras separando os domínios portugueses e espanhóis, o que se fazia notar especialmente na América do Sul, onde ficava a mais preciosa colônia portuguesa: o Brasil.

No que diz respeito ao tema central desta dissertação, pode-se defender que a União Ibérica teve duas consequências principais. A primeira delas foi possibilitar que massas de colonos portugueses e nativos estabelecidos no Brasil trespassassem as não mais existentes fronteiras entre os domínios espanhol e português na América do Sul. Esse foi o período das chamadas "bandeiras", pelas quais os seus participantes, os bandeirantes, cruzavam território outrora castelhano *de jure* em busca primordialmente de escravos, metais e pedras preciosas. Esses atos ensejaram uma relativização prática do Tratado de Tordesilhas[2], visto que os mesmos "intrusos" brasileiros passaram a fundar povoamentos fora da parcela territorial que originalmente definida como portuguesa pelo acordo mencionado (CALÓGERAS, 2009).

A segunda consequência da União Ibérica foi expor os domínios anteriormente portugueses aos mesmos riscos a que se sujeitavam os territórios espanhóis, visto que agora eram um só. Para Varnhagen (1872), isso significava sujeitar esses territórios aos ataques dos inimigos da Espanha, que passariam a sê-los também de Portugal, considerando ainda a notória dificuldade de se defender a extensa costa brasileira.

[2] O Tratado de Tordesilhas foi um acordo diplomático firmado entre os reinos de Portugal e Espanha no ano de 1494. Esse acordo traçava as fronteiras dos domínios dos dois reinos por meio de uma linha demarcatória localizada 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, a qual dividia os domínios portugueses e espanhóis (TANZI, 1976).

Alega o grande historiador do Império que faltava aos novos reis ibéricos o interesse em promover a defesa do Brasil, principalmente quando este era posto em comparação com as valiosas terras auríferas espanholas cuja colonização precedeu a União Ibérica. É o que se pode observar na passagem:

> E claro está que, sendo a maior parte d'estes inimigos nações maritimas, a propria vastidão, quasi imensa, da nova monarchia a cujos destinos se havia associado a nascente colonia brazilia, difficultava a sua defensa, e a deixava vulneravel, como uma das paragens a que menos lhe interessava attender. E com effeito, o Brazil, onde ainda não haviam sido descobertas as minas de ouro e diamantes, o Brazil com a sua escassa producção de assucar e do páo que lhe dera o nome, não podia ser guardado pelos novos reis estrangeiros, com o mesmo empenho com que tratavam de guardar o Mexico e o Perú, dominios que, com o enorme producto de inexgotáveis minas de ouro e prata, os ajudavam em tantas guerras (VARNHAGEN, 1872, p. 5).

No começo do século XVII, entre os principais inimigos da Espanha - os quais compartilhava com Portugal - estavam os protestantes holandeses, ferozmente engajados em conflito militar contra os espanhóis desde fins do século XVI. Ou seja, o advento da união das duas coroas significava que o Brasil passaria a ser um alvo para possíveis invasões holandesas. Isso se concretizou nas primeiras décadas do século XVII, como resumido por Calógeras (2009, p. 24-25):

> Portugal, como parte de Espanha, estava em guerra com Holanda. Tanto nas Índias Ocidentais como nas Orientais, as colônias portuguesas foram atacadas, tomadas e perdidas. Um primeiro assalto batavo, em 1624, resultou na tomada da Bahia; mas foram os vencedores finalmente expulsos daí no ano seguinte. Dois anos depois, a mesma cidade foi novamente atacada, mas a força nórdica reembarcou apenas com produtos da pilhagem. Em 1630, uma grande esquadra entrou em um porto da costa de Pernambuco, e daí atacou as cidades principais da capitania: Olinda e Recife. Durante dois anos, estiveram impossibilitadas de alargar sua conquista, até que lograram obter o auxilio de um trânsfuga, Domingos Fernandes Calabar. Com a cooperação desse valioso comparsa, ampliaram a área dominada à maior parte da costa dos hoje Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Chegaram mesmo a atravessar o Atlântico e apoderar-se de Luanda na África.
>
> Com seus numerosos conflitos na Europa, Espanha não tinha tropas de reserva para remeter para a colônia americana contra os holandeses. Experimentaram fazê-lo, em 1636, mas foram infelizes. As esquadras de combate espanholas possuíam valor militar inferior ao das flamengas. Assim todo o peso da luta foi

> devolvido sobre as tropas irregulares de terra, que conseguiram manter seu terreno e nada mais.

Enquanto prosseguia a luta contra os holandeses, movida primariamente por colonos brasileiros, prosseguia também a junção luso-hispânica das coroas. A União Ibérica durou até 1640, quando um novo nobre, Dom João IV, assumiu o trono de Portugal e encerrou esse período histórico, instaurando também a dinastia de Bragança ao emergir vitorioso de uma guerra contra a Espanha, desejosa de manter a união (CALMON, 1941).

Como "todas as energias do reino recém-liberto tinham de se empregar na guerra contra Castela" (CALÓGERAS, 2009, p. 25), os colonos no Brasil não poderiam esperar ajuda da metrópole portuguesa para se libertarem dos holandeses. Assim, a luta de libertação foi conduzida majoritariamente pelos habitantes da colônia, tendo lutado lado a lado os brancos, negros e indígenas contra o invasor protestante e batavo.

Figura 3 - Batalha dos Guararapes, de Victor Meirelles. A imagem retrata a batalha que marcou a derrota campal final dos holandeses no Brasil, travada em 1649. Em decorrência da forte participação dos colonos e nativos na composição das forças portuguesas, o evento pode ser considerado como o marco inicial da criação do Exército Brasileiro.

Fonte: MEIRELLES, 1875/1879.

Essa situação possibilitou um primitivo despertar de uma consciência nacional brasileira, que começava a nutrir sentimentos de autonomia em relação ao Portugal que lhes negara ajuda, como traz Lima (2012, p. 88-89):

> Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda. E a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa; foi feita pelos oradores exaltados, muito antes do sábio Martius haver publicado seu ensaio sobre a maneira de compreender e escrever a história do Brasil.

> Colonos de Portugal, brasileiros de nascença, índios e negros se bateram de perfeito acordo e rivalizaram em bravura, para expulsar o inimigo, o ocupante de vinte anos, enquanto o rei João iv, ameaçado na fronteira portuguesa pelas tropas da Espanha, temendo a cada instante ver uma frota holandesa forçar a entrada do Tejo, sem outro apoio – e este mais platônico que eficaz que o dos bons conselhos, antes que os bons contingentes armados, do cardeal de Richelieu, aconselhava, pelo menos abertamente, a submissão aos seus súditos de além-mar.
>
> Quando, após a vitória definitiva, os representantes das quatro classes da população, o rico mercador Fernandes Vieira, emigrado ainda jovem da ilha da Madeira, o mestre-de-campo Vidal de Negreiros, originário da Paraíba, o cacique índio Camarão, e o capitão do regimento dos negros Henrique Dias – foram condecorados e enobrecidos, a metrópole reconheceu tacitamente tudo que lhes devia, a todos e a cada um em particular, pela conservação do império americano. Reconhecia os elementos de que se havia de compor no futuro o povo da grande nação, que Portugal havia formado, e que se mostrava capaz de defender-se, antes de se mostrar na altura de se bastar.

A reconstrução da autoridade portuguesa também significava reorganizar as heranças obtidas a partir do período da junção das duas coroas. Uma notável questão que daí decorreu foi a disputa de fronteiras com a agora independente Espanha - e também suas colônias na América. Graças formalmente à União Ibérica e materialmente à ação dos bandeirantes, missionários e colonos em geral, já referenciada anteriormente, muitos povoamentos foram fundados por súditos de Portugal em território que agora voltava a pertencer exclusivamente à Coroa de Castela. Essa situação inevitavelmente ensejou conflitos de fronteira, que precisavam ser corrigidos.

Então, Lisboa e Madri negociaram uma série de tratados diplomáticos que visavam a fixar as fronteiras de suas colônias em território americano. Com notável atuação do diplomata português Alexandre de Gusmão (1695-1753), que invocou o conceito jurídico de usucapião - com o princípio *uti possidetis* - para justificar a propriedade portuguesa sobre territórios tidos como espanhóis por força do Tratado de Tordesilhas, Portugal e Espanha firmaram o Tratado de Madri, em 1750 (CORTESÃO; SANTOS, 2022). Esse tratado, juntamente com os que a ele se seguiram, como os de Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801), construiu o desenho de fronteiras do Brasil de modo muito semelhante ao atual, que seria herdado pelo futuro país independente (VARGAS, 2017).

Para organizar tamanho território, Portugal precisava passar por reformas centralizadoras, em muito conduzidas pelo secretário de Estado do reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782). As medidas tomadas no período,

sob orientação de Pombal, visavam a tornar mais eficaz a administração portuguesa em suas colônias, aprimorando a arrecadação de tributos, combinando, nas palavras de Fausto (1995, p. 110), “um absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação consequente das doutrinas mercantilistas”. E essas medidas também englobavam a rica colônia brasileira.

Esse conjunto fático levou a certo descontentamento entre os colonos, o que possibilitou, juntamente com o crescimento da colônia, o surgimento de movimentos nativistas, aproveitando-se desse senso de nacionalidade que passava a existir, nos termos do que defende Calmon (2002, p. 153):

> As revoltas havidas, contra leis intoleráveis ou autoridades despóticas, originaram-se decerto das contrariedades econômicas; mas as explica também o orgulho dos “brasileiros”. Era da índole da instituição municipal a altiva defesa dos interesses da vila ou da cidade, falando os vereadores pelo povo com desassombro e atrevimento; na falta destes, falavam do púlpito os próprios pregadores.
>
> O crescente prestígio das Câmaras na vida colonial - desde que os filhos da terra, repelidos dos altos postos do governo, limitavam à ação das Câmaras a sua influência nos negócios públicos - cultivou, desenvolveu a irritação nativista, o espírito de autonomia local, o sentimento do bem comum do Brasil.
>
> Fora os motins populares, de importância reduzida, as agitações que comoveram a colônia determinaram novos rumos à política portuguesa em relação ao Brasil e deixaram vestígio na legislação, seriam promovidas pelas câmaras, e dirigidas por cidadãos respeitáveis, que a elas levavam o protesto dos habitantes.

Avançando no tempo, tem-se que Brasil e Portugal atingem o século XIX caracterizados por uma forte interdependência típica das relações entre colônia e metrópole, mas em pouco tempo haveria um fato que alteraria esse jogo de relações. Em 1808, acontece um dos mais importantes eventos da história da então colônia do Brasil: a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. Escapando da invasão francesa napoleônica sobre sua terra natal, o príncipe regente Dom João VI (1767-1826) traz a corte lusitana para se instalar no Brasil, efetuando grandes reformas e adequações para a colônia, que, já naquele mesmo ano, passava a ter, no Rio de Janeiro, a sede do Império Português (MENCK, 2018).

Enquanto Dom João VI seguia o governo no Brasil, Portugal passava por uma experiência drástica. Em 1820, ocorreu em Portugal a Revolução do Porto, movimento que, na arguição de Fausto (1995), expressava sua insatisfação com uma série de pontos da vida portuguesa - entre os quais destacava-se a ausência de seu monarca em território

continental europeu -, com a crença de que a metrópole estaria sendo ofuscada pela sua cada vez mais proeminente colônia sul-americana. Entre as exigências dos revolucionários, estava a volta de Dom João a Portugal, de modo que o rei precisou embarcar para a terra natal em 1821. Governando como regente em seu lugar, Dom João deixou seu filho, o príncipe Dom Pedro, o qual, em 7 de setembro de 1822, declararia a independência da colônia, fundando o Império do Brasil (CALMON, 1943).

O novo império era um país bastante distinto de seus vizinhos na América do Sul, notavelmente por ser monárquico e lusófono. A ex-colônia de Portugal se aproveitou das instituições deixadas pela antiga metrópole portuguesa para dar seus primeiros passos em direção à formação de um estado nacional próprio. Sobre a formação desse Estado, Torres (2017, p. 69) traz curiosa visão:

> A Independência do Brasil, porém, foi uma revolução legítima: nada quis destruir. Apenas construir. O Brasil passou de monarquia absoluta a monarquia constitucional, de reino unido a nação soberana, tudo isto graças à ação de instrumentos de governo e instituições vindas da situação anterior. Na verdade, a Independência foi o reconhecimento, por parte do governo legal do Brasil, de certas situações de fato do "país real".

Na esfera prática, esse pensamento se complementa pelo fato de que o novo país pôde aproveitar instituições já prontas e em pleno funcionamento para se estabelecer, sendo desnecessária uma construção funcional-administrativa a partir do zero. Isso deu aos brasileiros vantagem na afirmação de sua nacionalidade, como recorda Doratioto (2014, p. 15):

> Ter sido o Brasil, por mais de uma década, o centro do Império luso-brasileiro e o fato de o herdeiro deste, D. Pedro, ter feito sua independência permitiram que o novo Estado fosse minimamente operacional desde seu surgimento em 1822. Afinal, contava, desde o seu início com estrutura administrativa; havia burocratas e forças militares que eram fiéis ao Príncipe Regente que se tornava Imperador. Este pôde utilizar-se deles para impor-se como autoridade central do país, com apoio da elite da região sudeste e tendo o Rio de Janeiro como capital. Essa autoridade gozava de legitimidade aos olhos de boa parte da sociedade local, pois há séculos o princípio do exercício do poder era fundamentado no princípio dinástico. Quando tal legitimidade não foi aceita, o poder instalado no Rio de Janeiro usou da força para impor--se, o que foi facilitado pela localização de quase todas as capitais provinciais serem no litoral, ou próximo dele, ao alcance da ação militar da Marinha Imperial. A presença de Pedro I à frente do Império do Brasil é ilustrativa da característica de continuidade da independência brasileira, quer quanto às estruturas internas, quer quanto à política externa.

Contudo, as circunstâncias também impuseram problemas à estabilidade do país. O Império passou pela renúncia precoce de seu primeiro imperador, Dom Pedro I, em 1831, fato ocorrido graças a uma crise política agravada pelo desgaste de sua imagem ocasionado por insucessos na política externa e dificuldades econômicas aprofundados pelo aumento de gastos do governo e queda no valor dos produtos exportados (FAUSTO, 1995). Devido à então menoridade do herdeiro do trono, que o impedia de assumir o governo do Brasil, este passou a se organizar em torno de uma regência.

O Período Regencial (1831-1840) foi marcado por lutas internas e instabilidade política, o que quase gerou a fragmentação do extenso território brasileiro. Com o intento de salvar a unidade do país, um acordo entre as facções políticas da época levou à aclamação de Dom Pedro II, então com 14 anos, como Imperador do Brasil, antecipando sua maioridade, já em 1840 (CALMON, 2002). O historiador Pedro Calmon (2002, p. 214), denominando esse fenômeno como "reação monárquica", descreve a motivação para o ato:

> Fatigara-se o Brasil com os incidentes, os motins, os dramas da regência, e a idéia monárquica, propagada pelas classes conservadoras, voltara a dominar o país. Foi, logicamente, a reação contra oito anos de uma experiência democrática violenta, que ensejara todas as manifestações da fragilidade nacional e da deseducação das massas.

Nesse ínterim, e também por ser pertinente à discussão desta dissertação, recorda-se interessante efeméride ocorrida ainda no Período Regencial, que foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Essa entidade tinha como objetivo o fomento à pesquisa, com o fim de trabalhar, no meio intelectual, sobre o desenho de uma genuína identidade brasileira. Rodrigues (1978, p. 37) resume os fins do Instituto da seguinte forma:

> Nos estatutos fixava-se claramente que o principal fim e objetivo do Instituto era coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil. Ele não surgia como organização puramente acadêmica, mas com o objetivo de investigar, organizar e publicar os documentos históricos brasileiros.

A profundidade do trabalho do Instituto rendeu frutos. O seu esforço de coligir, sistematizar e conseguir, no estrangeiro, subsídios para a escrita de uma história nacional foi desde logo muito apreciado por quem se debruçou sobre o estudo do povo brasileiro.

A iniciativa desses primeiros compiladores oficiais da nacionalidade brasileira foi elogiada por seus resultados pelo mesmo autor:

> A pesquisa histórica brasileira nasceu, pois, com o próprio aparecimento do Instituto. É certo que, antes, alguns estudiosos já se haviam encaminhado pela pura pesquisa, deixando de lado a velha compilação que estava então em uso, sem contar com o inquérito e a observação que haviam sido utilizados pelos cronistas e pelos que faziam e ainda fazem descrição da atualidade. Mas se o método histórico baseia-se essencialmente na consulta às fontes escritas originais e nas tarefas críticas auxiliares, então, não há como negar que os fundadores do Instituto Histórico deram ao seu trabalho, desde o início, uma orientação impecável (RODRIGUES, 1978, p. 37-38).

Antes de se aprofundar a narrativa sobre o desenvolvimento do período que ficou conhecido como Segundo Reinado, é interessante que se dedique um tópico para a apresentação do novo imperador do Brasil. O letrado e culto monarca recebeu de Oliveira Lima (2012, p. 203-204) a seguinte descrição:

> D. Pedro II está definitivamente colocado entre as principais figuras morais do último século. Seu longo reinado, inaugurado por um *pronunciamiento* parlamentar e terminado por um *pronunciamiento* militar; seu amor da paz sem desonra e da justiça a todo custo; sua paixão pelas ciências, a princípio, pelas letras, em seguida, e, enfim, pelas artes, em suma, por tudo que se relaciona com o espírito; seu desprezo pelas vulgaridades e desapego pelas riquezas; sua afabilidade cheia de dignidade; sua severidade sem arrogância; sua bondade sem afetação; sua honestidade sem limites, tornaram o nome desse monarca não somente familiar aos que se ocupam de história e de política, tanto quanto de filosofia e de moral, mais caro aos que se deixam seduzir pelos aspectos superiores da humanidade. Seu renome não é, afinal, senão justo, pois foi o mais nobre dos homens e o mais perfeito dos soberanos.

Calógeras sustenta que Dom Pedro II pôs fim “à instabilidade inerente e fraqueza dos governos provisórios das Regências” (2009, p. 179). O mesmo estudioso ainda realça a ideia de identificação nacional na figura do monarca, ao apontar que, nas rebeliões vividas na regência, as facções revoltosas proclamavam que suas “separações” terminariam tão logo o imperador atingisse a maioridade e iniciasse seu governo (2009).

Atingiu-se, então, no Brasil, um nível de solidez institucional que seria determinante para o progresso imperial. João Camilo de Oliveira Torres (2017) sustenta que os políticos do Império, notadamente durante o Segundo Reinado, conseguiram implementar e tornar efetivas instituições adequadas às condições do país, de modo a tirarem o melhor partido das possibilidades reais do meio nacional para a felicidade do

povo. Na mesma linha conclusiva, Calmon (2002) coloca como marcas da época a animação industrial, o incremento econômico e a prosperidade geral.

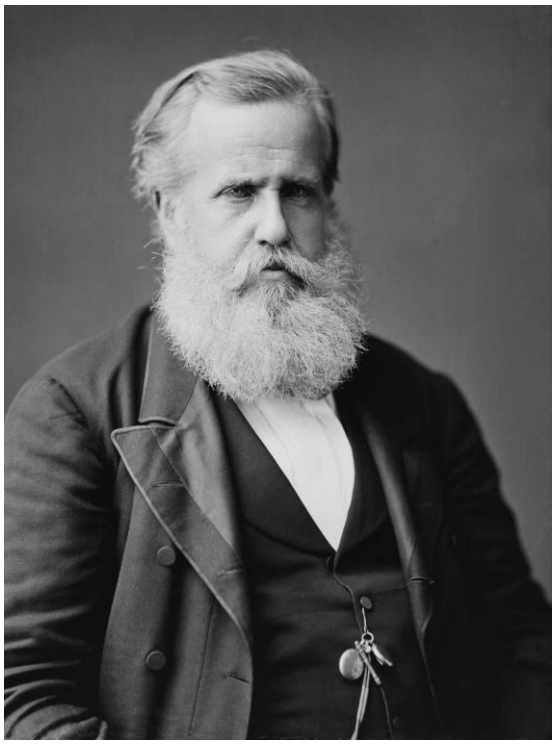


Figura 4 - Dom Pedro II, Imperador do Brasil entre 1840 e 1889. Homem culto, amigo das ciências e das artes, teve seu longo reinado marcado por progressos materiais e imateriais, que muito definem o país até hoje. Foi sob seu governo que o Brasil vivenciou a Guerra do Paraguai.

Fonte: BRADY; HANDY, 1876.

Convém estabelecer que mesmo estudiosos críticos do período monárquico reconhecem seus méritos, especialmente sob o governo de Dom Pedro II. Esse é, por exemplo, o caso de Jorge Caldeira, o qual, em meio a críticas, também tece elogios ao modelo político adotado pelo Brasil Imperial:

> [...] o governo central acabou sendo efetivamente composto pelos representantes dos dois soberanos - o imperador e a Assembleia -, que tanto se digladiavam como se acertava. O Parlamento não demorou a funcionar, conquistou poder e sempre soube achar uma maneira de participar da direção geral do país. O ajuste promovido por D. Pedro II, transformando o ministério no ponto de encontro entre as duas soberanias, acabou se mostrando efetivo para uma ação coordenada entre as partes. Esse sistema teve capacidade para processar conflitos num ambiente de estabilidade jurídica. Essa estabilidade foi maior no que se refere aos compromissos internacionais do país. Desde a Regência houve consenso não só no que se referia à sua manutenção como ao estabelecimento de regras formais de atuação entre as duas soberanias. Com isso, os compromissos foram sempre acertados e honrados, sobretudo no que se refere a finanças. A política externa não conheceu fissura de nenhuma espécie, mesmo no caso de guerras. Num século de grande instabilidade na América do Sul, a monarquia parlamentar brasileira acabou se constituindo em exceção (CALDEIRA, 2017, p. 291).

Esse foi o ambiente a partir do qual se deram os primeiros passos para a construção de uma ideia de "Brasil", até o eclodir da Guerra do Paraguai, que será abordada a seguir.

3.2 Síntese sobre a Guerra do Paraguai

O cerne desta dissertação envolve compreender o que foi e como se desenrolou, ao menos em síntese, o maior conflito armado da história latino-americana. Para isso, apresentam-se linhas gerais acerca do que foi a Guerra do Paraguai (1864-1870), e qual sua importância histórica.

Esposito (2015, p. 3) enuncia o tema de forma direta, denominando também o conflito como Guerra da Tríplice Aliança, nomenclatura também aceita por pesquisadores estrangeiros:

> *The War of the Triple Alliance, also known as the "Paraguayan War", was the greatest military conflict in the history of South America. It was fought between four countries: by Paraguay, against an alliance formed by Brazil, Uruguay and Argentina. It was unique in South American history for the numbers of troops involved and, above all, for its terrible cost in lives. These deaths were to a great degree due to privation, disease, and famine, which the belligerents were neither equipped nor organized to alleviate.*[3]

Como conflito regional, a Guerra do Paraguai foi a consequência da construção dos estados nacionais na região da Bacia do Prata, no decorrer do século XIX (DORATIOTO, 2002). Na intersecção entre um Paraguai autocrático e expansionista, um Uruguai fracionado por uma intensa guerra civil, uma Argentina recém-reunificada, e um Brasil parlamentarista com flutuantes diretrizes de política externa, surgiu um conflito de interesses que levou ao choque.

---

[3] A Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida como "Guerra do Paraguai", foi o maior conflito militar na história da América do Sul. Ela foi lutada por quatro países: pelo Paraguai, contra uma aliança formada por Brasil, Uruguai e Argentina. Ela foi única na história sul-americana pelo número de tropas envolvidas e, sobretudo, por seu terrível custo em vidas. Essas mortes foram em grande parte devidas à privação, doença, e fome, para as quais os beligerantes não estavam nem equipados e nem organizados para mitigar (tradução livre).

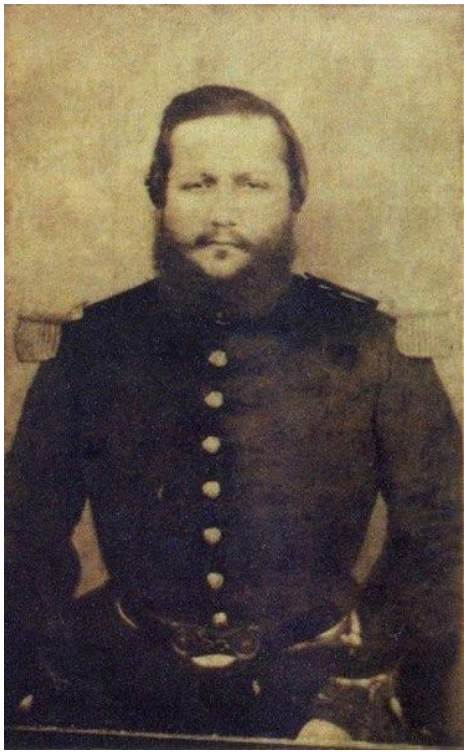


Figura 5 - Francisco Solano López (1827-1870), ditador do Paraguai. Chegando ao poder no país guarani a partir de 1862, Solano López deu início a política externa agressivamente expansionista, o que inevitavelmente o colocou em choque com seus vizinhos.
Fonte: PARODI, 1870.

O ambiente para a deflagração do conflito se formou a partir da guerra civil que acometia o Uruguai. O país, antigamente conhecido pelos nomes de Banda Oriental e Cisplatina, tinha sua política dividida entre dois partidos principais: o *Nacional* (ou *Blanco*) e o *Colorado*. O primeiro contava com a simpatia do Paraguai, enquanto o segundo era apoiado pelo Império do Brasil e pela República Argentina. Em 1863, o caudilho uruguaio Venâncio Flores, um *colorado*, deflagrou uma rebelião contra o governo *blanco* do Uruguai. Os abusos decorrentes da instabilidade gerada pela guerra geraram protestos de brasileiros instalados no país oriental, voltados especialmente contra o governo *blanco*, o que motivou o governo imperial a intervir militarmente no Uruguai para garantir os direitos dos súditos imperiais ali instalados, além de buscar devolver estabilidade ao país. Porém, isso gerou protestos do Paraguai, que, em retaliação à intervenção brasileira, passou a iniciar os preparativos para uma guerra aberta contra o Império (DORATIOTO, 2002).

Figura 6 - Combate Naval do Riachuelo, de Edoardo de Martino. A pintura mostra um notável aspecto da Guerra do Paraguai: o uso de modernos navios com propulsão a vapor. O evento retratado - a Batalha do Riachuelo - ocorreu em 11 de junho de 1865, e terminou com uma vitória decisiva da Marinha Imperial Brasileira sobre as forças paraguaias, isolando o Paraguai e obrigando-o a travar custosa guerra defensiva pelos anos que se seguiram, confiando principalmente em suas posições fortificadas costeiras.

Fonte: MARTINO, 1870.

De todo modo, há divergência quanto à fixação de qual foi o primeiro ato do conflito, apesar de poder ser traçada linha coesa na sequência dos acontecimentos da guerra. A hostilidade aberta entre o Paraguai e os futuros integrantes da Tríplice Aliança começou com o apresamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864, e por ordem do ditador paraguaio Francisco Solano López (1827-1870), como represália pelas ações do Império do Brasil na guerra civil que varria o Uruguai (SOARES, 2021). Em seguida, López ordenou a invasão da província brasileira de Mato Grosso antes de uma declaração formal de guerra, o que fez sob a justificativa de estar respondendo à intervenção brasileira na guerra civil uruguaia que ocorria naquele ano. Diante da agressão paraguaia, em 1865 compuseram-se em aliança o Império do Brasil e o novo governo do Uruguai, simpático aos interesses do Rio de Janeiro, a quem também se juntou a República Argentina, diante da invasão de seu território por forças paraguaias que buscavam chegar ao Rio Grande do Sul e Uruguai, o que fizeram passando pela província de Corrientes (DORATIOTO, 2002).

O conflito foi lento e custoso, durando até 1870, e há uma multiplicidade de motivos para que se possa explicar o porquê dessas características. Doratioto (2002, p. 480) elenca alguns deles:

> [...] os desentendimentos no comando aliado, a pouca iniciativa por parte dos chefes militares brasileiros, a falta de conhecimento geográfico sobre o Paraguai, o clima hostil, a bravura dos soldados paraguaios e a crescente perda de combatividade da tropa aliada.

Outro ponto importante para a compreensão da guerra foram as operações navais no ambiente fluvial que a marcou. Sobre elas, Esposito (2015, p. 20) assim se manifesta:

> *In this theater of operations control of the main waterways was fundamental; reads were few and of poor quality, and the rivers were the only practical means for commerce and long-distance travel. Rivers such as the Paraguay and the Paraña are immense by European standards, and provided both highways for military transport and formidable natural barriers to movement by land. Deep and wide, they were navigable by Brazil's ocean-going warships, but river movements were vulnerable to fire from shore batteries. Even small numbers of Paraguayans could effectively hamper any Allied river crossing, and major operations – such as the crossings of the Paraña in the second Half of April 1866 – presented enormous logistic difficulties for the armies of the day. In defensive battles, such as Curupaytí, the Paraguayans exploited opportunities to anchor their defensive lines against rivers. It was only after the Paraguayan Navy had long ceased to offer a serious threat that Caxias was able to circumvent the final line, anchored on Angostura, by his imaginative "Pikysyry maneuver".*[4]

Diante do progresso do conflito, Assunção, a capital paraguaia, foi ocupada em janeiro de 1869, sendo que, já no mês seguinte, o Império do Brasil buscou estabelecer um governo provisório no Paraguai, mesmo que Solano López continuasse a combater. A ideia imperial era pavimentar o caminho para a paz na região e reafirmar a existência do Paraguai como um Estado independente, diante das nítidas ambições expansionistas da Argentina, a qual, agora como parte vencedora, buscava anexar o máximo que pudesse do país guarani, mesmo que isso significasse extingui-lo. O fim da guerra veio apenas no ano seguinte, com a morte do ditador paraguaio (DORATIOTO, 2014).

Pelas suas características, a Guerra do Paraguai impôs notória participação de toda a sociedade dos países envolvidos. No caso brasileiro, além da participação dos

---

[4] Neste teatro de operações, o controle das principais vias aquáticas era fundamental; estradas eram escassas e de baixa qualidade, e os rios eram os únicos meios práticos para o comércio e as viagens de longa distância. Rios como o Paraguai e o Paraná são imensos para os padrões europeus, e forneciam simultaneamente vias para o transporte militar e formidáveis barreiras naturais para o movimento por terra. Profundos e largos, eles eram navegáveis pelos navios de guerra marítimos do Brasil, mas movimentos fluviais eram vulneráveis ao fogo de baterias costeiras. Mesmo pequenos números de paraguaios poderiam efetivamente impedir qualquer movimento aliado de travessia dos rios, e operações maiores – como as travessias do Paraná na segunda metade de abril de 1866 – apresentaram enormes dificuldades logísticas para os exércitos da época. Em batalhas defensivas, como Curupaytí, os paraguaios exploraram oportunidades para fixar suas linhas defensivas contra os rios. Foi apenas muito depois que a Marinha Paraguaia deixou de oferecer uma ameaça séria que Caxias foi capaz de contornar a linha final, estabelecida em Angostura, com a sua imaginativa "manobra do Pikysyry" (tradução livre).

soldados negros - a qual será melhor discutida no final desta dissertação -, também houve nítida participação de indígenas e mulheres no conflito, combatendo no *front* ou na retaguarda. Aqui, faz-se menção à contribuição dada pelos indígenas que combateram em nome do Império, notadamente os Mbaya-Gaicuru, e as mulheres que atuaram em serviços de suporte, especialmente cuidando dos feridos (GARCIA, 2020).

Após essa apresentação sintética do confronto, passa-se a uma análise mais detalhada sobre como ele foi determinante para a construção da identidade nacional brasileira, moldando a maneira pela qual os brasileiros se enxergam e se posicionam no mundo.

3.3 A reação - os voluntários da pátria e o senso de patriotismo

Algo notavelmente perceptível no Brasil - o que inclusive o distinguiu dos demais membros da Tríplice Aliança - foi a reação popular diante da deflagração da guerra, que ensejou uma explosão patriótica até então inédita na histórica nacional, materializando-a num fenômeno único: o surgimento dos voluntários da pátria.

As invasões paraguaias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, efetivadas a partir de dezembro de 1864, geraram fervor patriótico em todos os grandes centros do Império, surgido a partir de uma autêntica sensação de ultraje da nação - o Brasil fora atacado, e era preciso reagir.

É possível conceber que, diferentemente de outras efemérides militares da história do Brasil independente ocorridas até então, a Guerra do Paraguai fez surgir um patriotismo autêntico no país. Aqui, entende-se o patriotismo de acordo com o conceito de Viroli (1995), que o descreve como um sentimento de ligação a um solo nativo, entendido como lugar de memória, bem como uma espécie de afeição que as pessoas sentem pelo seu país.

Uma guerra iniciada sem declaração por meio do sequestro de um navio neutro, seguido por uma súbita invasão maciça em dois *fronts* do país, causou indignação generalizada no Império. O parlamentar, historiador e jurista Joaquim Nabuco (1849-1910) resume a percepção geral sobre a agressão de Francisco Solano López:

> Um mês depois do atentado contra o marquês de Olinda, [López] invade Mato Grosso, levando suas tropas as mesmas ordens de saque e destruição, a mesma antecipação de rapina e lascívia com que mais tarde hão de atravessar o rio Uruguai. Não era uma guerra civilizada

> que nos tomava de surpresa, era como que uma invasão de bárbaros, o tropel de uma horda de hunos de repente lançados sobre nossas populações indefesas (NABUCO, 2022, p. 73).

O fervor patriótico desencadeado pela invasão paraguaia de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul abalou as estruturas do Império do Brasil, impondo-lhe a necessidade de lidar com novos desafios estruturais que teriam repercussões profundas no futuro da nação, a exemplo do que comenta Oliveira (2016, p.15):

> O esforço de guerra desencadeado em todo o território brasileiro conclamava a população em geral a empunhar armas em defesa da pátria invadida por forças estrangeiras. O conflito imprimiu a necessidade de implementação de uma organização bélica nunca antes empreendida pelo Governo Imperial, obrigando-o a recrutar e armar homens em larga escala – o que deu grande relevo institucional ao Exército naquele momento.

Porém, o governo imperial enfrentava um desafio: o pequeno efetivo do Exército Brasileiro era momentaneamente insuficiente para fazer frente à agressão estrangeira. Enquanto o exército paraguaio contava com mais de 60 mil homens de pronto emprego, as tropas brasileiras somavam cerca de 18 mil soldados, dispersos por todo o território nacional. A província de Mato Grosso era guarnecida por meros 875 homens, incapazes de enfrentarem a ameaça paraguaia (DORATIOTO, 2002).

Assim, o governo imperial precisava de mais homens para efetivar a defesa das províncias invadidas. Além da convocação da Guarda Nacional[5], o imperador Dom Pedro II editou o decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, cujo texto trazia as seguintes disposições:

> Crêa Corpos para o serviço de guerra em circumstancias extraordinarias com a denominação de - Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo.
>
> Attendendo ás graves e extraordinarias circunstancias em que se acha o paiz, e a urgente e indeclinavel necessidade de tomar, na ausencia do Corpo Legislativo, todas as providencias para a sustentação, no exterior, da honra e integridade do Imperio, e Tendo Ouvido o Meu Conselho de Ministros, Hei por bem Decretar:
>
> Art. 1º São creados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de dezoito e menores

[5] A Guarda Nacional foi uma força civil armada inspirada no modelo análogo francês, então subordinada ao Ministério da Justiça, criada em 1831, e que tinha por finalidade o combate a qualquer oposição ao então regime regencial brasileiro. Os guardas nacionais exerciam função policial e de manutenção interna da ordem, devendo atuar como força auxiliar do Exército regular em caso de agressão externa (SALDANHA, 2015).

de cincoenta annos, que voluntariamente se quizerem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.

Art. 2º Os voluntarios, que não forem Guardas Nacionaes, terão, além do soldo que percebem os voluntarios do Exercito, mais 300 rs. diarios e a gratificação de 300$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colonias militares ou agricolas.

Art. 3º Os Guardas Nacionaes, praças de pret, que se apresentarem, serão alistados na primeira Linha com as mesmas vantagens do art. 2º, passando nos postos, que tiverem nos corpos da mesma Guarda, a que pertencerem.

Art. 4º Os voluntarios comprehendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que fôr declarada a paz, dando-se-lhes immediatamente passagem para onde a solicitarem, no caso que tenhão de se transportar per mar.

Art. 5º As baixas não dependeráõ de ordem do Governo, ficando os Commandantes dos respectivos Carpos autorisados a dal-as, logo que forem reclamadas pelos individuos que tiverem direito.

Art. 6º Os voluntarios terão todas as regalias, direitos e privilegios das praças do Exercito para serem reconhecidos Cadetes ou Particulares, sem que por isso percão as vantagens do art. 2º, e possão ser promovidos a Officiaes quando se distinguirem. Os que tiverem direito a ser reconhecidos Cadetes ou Particulares, poderão usar logo dos respectivos distinctivos até se proceder aos Conselhos de Direcção e Averiguação, quando o Quartel General o faculte; ficando dispensados da apresentação de escriptura de alimentos.

Art. 7º Aquelles que desistirem da baixa, depois de feita a paz, e continuarem a servir por mais tres annos, receberáõ, além das outras vantagens, trezentos mil réis, sendo cem mil réis nesse acto, e o resto no fim dos tres annos.

Art. 8º Os voluntarios de que tratão os arts. 2º e 3º ficaráõ isentos do serviço do Exercito e Marinha, assim como do serviço activo da Guarda Nacional, quando não se queirão prestar voluntariamente. Os do art. 3º, quando se prestem, terão preferencia na promoção aos postos de Officiaes, dada igualdade de circumstancias com outros.

Art. 9º Os voluntarios terão direito aos Empregos Publicos, de preferencia, em igualdade de habilitações, a quaesquer outros individuos.

Art. 10. As familias dos voluntarios que fallecerem no campo de batalha, ou em consequencia de ferimentos recebidos nella, terão direito á pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os Officiaes e praças do Exercito. Os que ficarem inutilisados por ferimentos recebidos em combate, perceberáõ, durante sua vida, soldo dobrado de voluntario.

Art. 11. Todos os voluntarios de que trata este Decreto trarão no braço esquerdo uma chapa de metal amarello com a Corôa Imperial, tendo por

> baixo as seguintes palavras - Voluntarios da Patria -, da qual poderão usar mesmo depois da baixa.
>
> Art. 12. O Governo concederá, em attenção aos serviços relevantes prestados pelos ditos voluntarios, graduações de Officiaes honorarios do Exercito; e solicitará do Corpo Legislativo autorisação para conceder-lhes vitaliciamente o soldo por inteiro, ou em parte correspondente aos seus postos.
>
> Art. 13. As praças dos Corpos Policiaes do Imperio, e os individuos que ,já tiverem obtido baixa desses Corpos e dos de primeira linha, terão todas as vantagens concedidas aos voluntarios Guardas Nacionaes.
>
> Art. 14. Gozaráõ de todas estas vantagens aquelles que na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de sessenta dias, nas Provincias mais proximas no de tres, e nas mais remotas de quatro mezes, contados da data da publicação deste Decreto, nas respectivas Capitaes; os Guardas Nacionaes aos Commandantes Superiores, e, onde os não houver, aos Commandantes dos Corpos, e os outros voluntarios ás Autoridades que o Governo designar. (BRASIL, 1865, s/p).

Estava criado, então, o corpo de voluntários da pátria: uma nova classe de tropas voluntárias, organizada separadamente em relação à Guarda Nacional, que deveria existir enquanto durasse a guerra contra o Paraguai (ESPOSITO, 2016).

Algo interessante a se observar foi a notória adesão que os voluntários da pátria tiveram em todo o país. O historiador Francisco Doratioto traz quadro numérico com o levantamento sobre o número de voluntários e guardas nacionais arregimentados por província, colacionado a seguir:

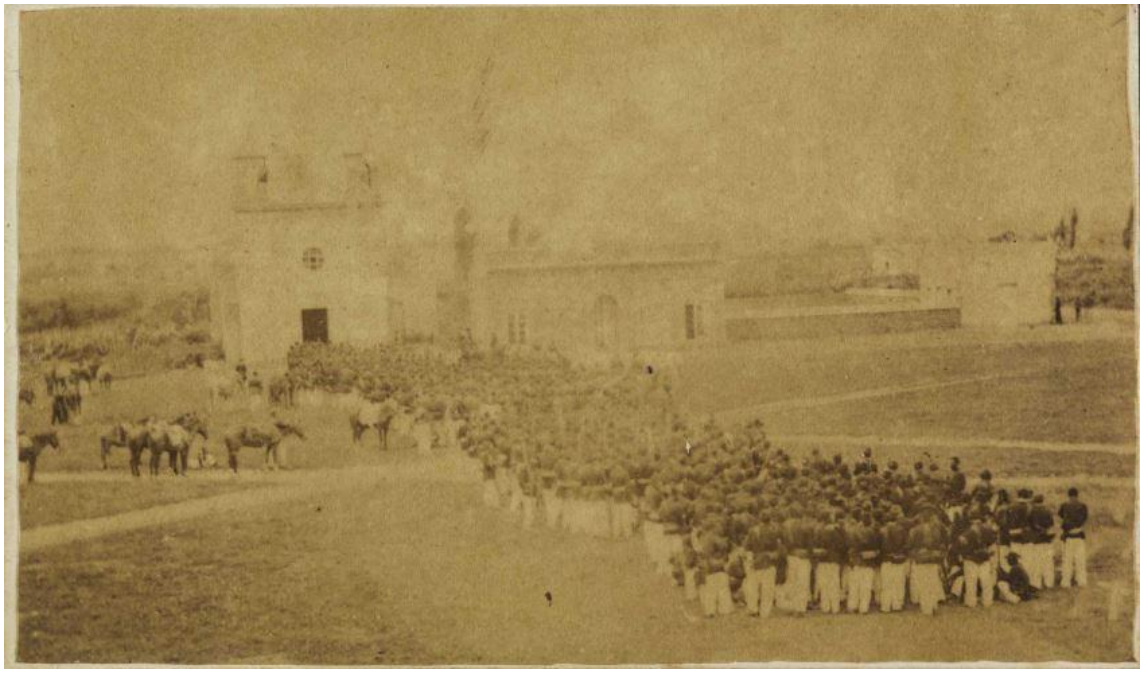
Figura 7 - Número de voluntários e guardas nacionais arregimentados por província:

PROVÍNCIA	VOLUNTÁRIOS E GUARDAS NACIONAIS
1. Rio Grande do Sul	33 803
2. Bahia	15 197
3. Município Neutro (Corte)	11461
4. Rio de Janeiro	7851
5. Pernambuco	7136
6. São Paulo	6504
7. Ceará	5648
8. Mato Grosso	5511 (tropa permaneceu na defesa da província)
9. Maranhão	4536
10. Minas Gerais	4090
11. Pará	3827
12. Piauí	2805
13. Alagoas	2656
14. Paraíba	2454
15. Sergipe	2254
16. Paraná	2020
17. Santa Catarina	1537
18. Rio Grande do Norte	1311
19. Espírito Santo	966
20. Amazonas	705
21. Goiás	426
SUBTOTAL	122 698
Montevidéu	450
TOTAL	123 148

Fonte: DORATIOTO, 2002, p. 460.

Algumas características desse quadro devem ser comentadas. A província que mais enviou voluntários e guardas nacionais, de fato, foi a do Rio Grande do Sul, a qual também integrou um dos palcos das operações do conflito. Porém, o segundo lugar desse índice é ocupado pela província da Bahia, com participação igualmente destacada das províncias integrantes de regiões mais distantes do Império. O general Dionísio Cerqueira (1847-1910), ele próprio um jovem voluntário da pátria baiano atuante no conflito, que nele ingressou como soldado e dele saiu como tenente, destaca, ainda que com certa hipérbole, o fervor patriótico verificado entre os baianos, notando que “a Bahia foi, entre as irmãs, a que deu para a guerra o maior número de voluntários” (CERQUEIRA, 1980, p. 56).

Figura 8 - Brigada baiana em Nova Palmira. Soldados de todo o Império foram arregimentados para combater no Paraguai.



Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2022.

O mesmo veterano também destaca a impressão geral ocasionada pela chegada dos voluntários à frente de batalha. O Brasil ultrajado estava em armas, e ali chegavam seus defensores. Afirma o general:

> Passávamos a vida de acampamento sem fortes impressões. Pouco a pouco, foram chegando batalhões de linha que estavam de guarnição nas províncias mais afastadas; e corpos de voluntários da pátria, cujo uniforme dse distinguia pelo chapéu negro de feltro, com a aba levantada, onde se viam, o número e o tope nacional, e por uma divisa de de latão *Voluntários da Pátria*, na manga da blusa.
>
> Todos, oficiais e praças de pré, tinham esta legenda, que tornaram gloriosa pelos feitos praticados na cruenta guerra. São bem raros hoje os sobreviventes dessas belas legiões de patriotas; mas quem os viu brilhando nos campos de batalha, não os pode esquecer. Pouco tempo de vida ainda resta a esses valentes. Que contem aos netos seus atos de bravura e lhes leguem a honrosa legenda, para que a guardem com orgulho, como um título de nobreza, e os imitem, quando deles a pátria precisar, honrando-lhes a memória e ufanando-se de descenderem dos *Voluntários da Pátria*, da guerra do Paraguai. O decreto de 7 de janeiro de 1865 repercutira no vasto território do Império, como na França o de 11 de julho de 1792, chamando às armas o povo para resistir à invasão da Europa feudal, que avançava rugindo. Na França revolucionária, exaltada pela palavra vibrante de Danton, a leitura do decreto fazia-se após um rufo de tambor; e a grande bandeira negra, do perigo, ondeava nas torres sem flecha da Notre Dame e nas cumeadas do Hotel de Ville com a famosa legenda de X. Vergniaud: *Citoyens, la patrie est en danger*[6]. Na minha terra, a bandeira era auriverde, tremulando

[6] "Cidadãos, a pátria está em perigo", em francês (nota do autor).

> desfraldada à frente do povo entusiasmado, que se alistava, formando batalhões ao som do hino nacional (CERQUEIRA, 1980, p. 55-56).

Outra testemunha ocular foi Artur Silveira da Motta, futuro almirante e barão de Jaceguai (1843-1914). Ele também escreveu importante testemunho sobre a reação brasileira à invasão paraguaia, deixando transparecer tanto um sentimento generalizado de ultraje quanto uma identificação nacional para reagir aos atacantes paraguaios:

> A nação brasileira ultrajada, traiçoeiramente atacada em sua dignidade e em sua honra, encontrara no grande Monarca o mais nobre representante de seu patriotismo.
>
> Era impossível que em uma população de dez milhões de brasileiros, unidos no pensamento por um mesmo ideal, não se pudessem concentrar as forças vivas nacionais para esmagar o ominoso poder do tirano que pretendia nos arrebatar a paz e a felicidade (JACEGUAI, 2011, p. 205-206).

Aqui, há uma interessante comparação a se fazer entre o Brasil e o outro membro materialmente preponderante da Tríplice Aliança, a Argentina. Esposito (2016) traz um levantamento que aponta duas províncias argentinas - Jujuy e Santiago del Estero - que não enviaram um único de seus guardas nacionais[7] para os combates contra o Paraguai. Além disso, os envios de tropas de outras partes do país portenho também era severamente dificultado pelos constantes motins e deserções, reflexos de um país que acabava de se reunificar sob o mando único do governo de Buenos Aires - o que contrasta com o entusiasmo inicial unívoco verificado entre os voluntários brasileiros.

[7] Convém pontuar que a Argentina também tinha sua própria Guarda Nacional, com características semelhantes às da brasileira: uma milícia de cidadãos-soldados cuja função primordial era a manutenção da ordem interna e o enfrentamento dos indígenas nas fronteiras do país, sendo também aproveitada como força auxiliar na Guerra do Paraguai - em muitos casos, substituindo o exército regular (MACÍAS; SABATO, 2013).

Figura 9 - Voluntários da pátria brasileiros. Observe o característico chapéu de feltro dobrado do oficial ao centro, além dos distintivos nas mangas de seus braços esquerdos.

Fonte: BARROSO; RODRIGUES, 1922, p. 117.

A afluência patriótica brasileira, inclusive, não se manifestava apenas neste primeiro instante de recrutamento. Comentando sobre a distante província da Bahia, Kraay (2012, p. 126) cita as diversas formas de contribuição para o esforço bélico:

> Doações para o esforço de guerra também afluíram aos cofres provinciais desde fins de 1864, quando o Brasil invadiu o Uruguai, e dispararam quando a notícia da invasão paraguaia de Mato Grosso chegou à província. Funcionários públicos e oficiais militares doaram uma parte de seus salários. Comerciantes e senhores de engenho ofereceram quantias avultadas ao governo. Depois de uma reunião com mais de cem negociantes da praça, em agosto de 1865, o presidente da Bahia relatou que recebera mais de vinte contos para equipar os batalhões da cidade. O dono de uma imprensa se ofereceu para imprimir gratuitamente as proclamações e circulares relacionadas à guerra, e as estradas de ferro e companhias de navegação não cobravam as passagens dos recrutas e soldados. Sociedades filarmônicas e dramáticas promoveram espetáculos em benefício da mobilização. Os diretores de escolas particulares abriram suas portas aos filhos dos voluntários, sem cobrar-lhes as mensalidades.

Não se nega a existência de recrutamento forçado ou substituído[8], inclusive da população escravizada - recurso que existiu, especialmente em épocas mais próximas ao

[8] O entusiasmo patriótico dos voluntários da pátria foi mais visível na parte inicial do conflito. Com o prolongamento da guerra, e as notícias - nem sempre animadoras - que chegavam das frentes de batalha, o número de voluntários da pátria começou a escassear, o que fez com que as autoridades imperiais, nas palavras de Esposito (2016), recorressem ao recrutamento, por vezes forçado, de imigrantes, desempregados, criminosos, órfãos, escravos e ex-escravos. Também existiu um sistema de substituições,

final da guerra, quando os voluntários já escasseavam. O que se pretende aqui, contudo, é defender um ponto nevrálgico na formação do patriotismo brasileiro, apoiado com a postura inicialmente entusiástica dos voluntários da pátria.

E o desenvolvimento desse patriotismo, trazendo consigo um novo senso de identidade, não se restringiu aos corpos de voluntários da pátria. Ele se estendeu por todos os ramos das tropas nacionais, o que também impactou na forma como a população passou a percebê-las.

3.4 A visão sobre as Forças Armadas

As instituições brasileiras foram profundamente afetadas pela Guerra do Paraguai, que exigiu resposta enérgica de toda a nação para enfrentar os combates. Porém, poucas instituições foram tão afetadas pelos combates quanto as Forças Armadas.

Tendo iniciado o conflito com efetivo reduzido, o Exército Imperial Brasileiro precisou se reestruturar profundamente para fazer frente à ameaça externa. Esposito (2015) comenta que, ainda que o Exército Imperial fosse a mais profissional das instituições congêneres no início da guerra - ainda mais considerando os padrões sul-americanos da época -, ele ainda deixava muito a desejar como força efetiva de combate, destacando o fato de que seus serviços de suporte eram rudimentares, tendo poucos homens, equipamento e treinamento inadequados, além de organização ruim.

Dionísio Cerqueira apresenta descrição sincera sobre o estado problemático em que se encontravam as tropas brasileiras no começo do conflito, enfatizando suas carências, que impunham urgente necessidade de reformas:

> O nosso pequeno e mal aparelhado exército deixava muito, senão tudo, a desejar, desde a instrução técnica e o preparo indispensável para a guerra até o comissariado de víveres e forragens, o serviço sanitário, o provisionamento de armas, fardamento, equipamento, meios de transporte etc. (CERQUEIRA, 1980, p. 63).

Esses problemas têm explicação. Antes da Guerra do Paraguai, o serviço militar era malvisto pela população e pela administração imperial. Em noção que remontava à época da Independência do Brasil, em 1822, sendo o Exército percebido como uma simples fonte de instabilidade política devido à presença portuguesa no oficialato e à

---

por meio do qual cidadãos brasileiros mais abastados contratavam outras pessoas para irem lutar como "voluntárias" no lugar dos primeiros, em troca de pagamentos ou benefícios (DORATIOTO, 2002).

indisciplina da soldadesca, a qual participava com frequência de tumultos e motins. Como resultado, o Exército passou a contar com a desconfiança dos gestores imperiais, o que gerava cortes no orçamento da tropa, além do desprestígio generalizado. Tanto é que, para suprir a necessidade de efetivação do serviço de manter a ordem e prover alguma forma de defesa militar à população, o Império criou a Guarda Nacional, nela confiando mais do que na própria força regular (FERRER, 2005).

Figura 10 - Caçadores do Exército Imperial Brasileiro. Observe o soldado descalço ao centro e o que calça alpargatas à direita, além de usar chapéu civil. Tendo em vista a então escassa capacidade logístico-operacional do Exército, houve notória dificuldade em suprir militares em campanha, particularmente no início da guerra. Como mostra a indumentária de alguns dos militares, pode-se considerar que a defesa do território nacional, em um primeiro momento, foi improvisada.

Fonte: BARROSO; RODRIGUES, 1922, p. 115.

A Marinha Imperial também precisou se adaptar. Mesmo ocupando posição de vanguarda na América Latina desde antes do conflito, as inovações tecnológicas da guerra naval obrigaram a Marinha a se modernizar, processo ao qual se somaram as exigências geográficas do teatro de operações platino. Pelas experiências recentes vistas Guerra da

Crimeia (1853-1856) e na Guerra de Secessão Americana (1861-1865), as armadas do século XIX, incluindo a brasileira, passaram a vislumbrar a necessidade de incorporarem em seus quadros as novidades que ditavam vantagens na guerra naval de então: substituir a propulsão a vela pela do motor a vapor, blindar os navios com revestimentos metálicos, e reequipar o arsenal das belonaves com os novos armamentos, a exemplo dos canhões de alma raiada (DA SILVA, 2018).

Em decorrência da extensão costeira do Brasil e da importância dos meios de navegação fluvial para o país, nas décadas precedentes ao conflito com o Paraguai, as forças navais do Brasil vinham recebendo notável atenção. Nessa linha de pensamento, é adequado recordar o posicionamento de Val (2015, p. 44-45) sobre a organização institucional da marinha brasileira:

> A Marinha Nacional nasce realmente como instituição na década de 1840, quando passa a existir modelo gestor próprio e os meios de produção militar. Dispondo de status e nova estrutura ministerial, autonomia normativa, órgãos burocráticos (capitanias de portos) e de fomento industrial (arsenais de marinha, diretorias de construção naval) o Ministério da Marinha passa a atuar em cogestão da área marítima, principalmente porque controla o maior arsenal da área da Corte. O efeito dessa reestruturação, que finda a Marinha colonial, começa a ser sentido principalmente nas décadas seguintes quando, através do Ministério da Marinha, o Estado imperial aplica recursos diretamente em empresas privadas de interesse.

Terminada a guerra, os vitoriosos Exército e Marinha passaram à posição de forças de combate formidáveis, mas as mudanças ocasionadas pelo conflito foram maiores que a simples reestruturação material. Elas envolviam uma nova percepção sobre o papel das Forças Armadas no cenário nacional.

Para que se entenda o cerne deste argumento, é preciso rememorar para que serviam o Exército e a Marinha. Essa resposta pode ser obtida a partir da leitura dos artigos 145 a 148 da Constituição Imperial, outorgada em 1824, que formalmente criou ambas as instituições para o Brasil Independente:

> Art. 145. Todos os Brazileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independencia, e integridade do Imperio, e defendel-o dos seus inimigos externos, ou internos.
>
> Art. 146. Emquanto a Assembléa Geral não designar a Força Militar permanente de mar, e terra, substituirá, a que então houver, até que pela mesma Assembléa seja alterada para mais, ou para menos.
>
> Art. 147. A Força Militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legitima.

> Art. 148. Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á Segurança, e defesa do Imperio. (BRASIL, 1824, s/p).

Pela interpretação dos dispositivos citados, observa-se que o intento originário do emprego de Exército e da Marinha no país era que ambos funcionassem como extensões dos Poderes Executivo e Moderador[9], sendo circunstancialmente empregados na defesa externa. De fato, assim foi desde 1822, com o uso de força militar para a supressão das revoltas que marcaram o estabelecimento do Estado nacional brasileiro, em particular durante o difícil e instável período regencial (1831-1840). Trata-se, afinal, de longa tradição:

> No império, as forças armadas estiveram, sempre, ao lado do imperador em defesa da Constituição – viam no soberano o defensor perpétuo, e podemos dizer que, na prática, comportavam-se como instrumentos do Poder Moderador. Esta identificação entre as forças armadas e a figura do monarca nada tem de surpreendente, ainda mais que, no Brasil, adotara ele um título duplamente militar – imperador (isto é, o chefe supremo das forças armadas) e de defensor perpétuo. "Regedor e defensor dos reinos de Portugal" já se intitulara, outrora, o Mestre de Avis, que, como D. João I, fora o fundador da segunda dinastia. Realeza de soldados, alguns do porte de D. Afonso Henriques, Nunálvares, D. João I, a de Portugal reconhecia o princípio de que "o rei assenta praça ao nascer". Aliás, nas questões entre D. Pedro I e a oposição, a tropa estava sempre ao lado do imperador, muito criticado por isso, e, no segundo reinado, temos sempre Caxias ao lado da Constituição e do imperador, mesmo tendo de prender seu antigo ministro da Justiça, o agora rebelde Feijó. (TORRES, 2017, p. 87).

Contudo, o aprimoramento experimentado pelas Forças Armadas durante a Guerra do Paraguai, bem como o papel ativo desempenhado pelos militares na condução vitoriosa da defesa nacional, fez com que reclamassem extensões a esse papel. Exército e Marinha, que haviam salvado o Brasil do ataque paraguaio, agora exigiam maior participação na vida política e social, passando a desempenhar o papel de forças políticas autônomas e ativas.

Seguindo essa linha de pensamento, Doratioto (2002) coloca que a Guerra do Paraguai foi o ponto nevrálgico que marcou a desvinculação entre o Exército e os

---

[9] O Poder Moderador era um dos poderes previstos na Constituição Imperial de 1824, entre os artigos 98 e 101, e tinha a finalidade de, como dispunha o primeiro dispositivo citado, garantir a manutenção da "Independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes Políticos", carregando atribuições como a livre nomeação e demissão dos ministros de Estado e o perdão ou moderação de penas a indivíduos condenados judicialmente (VASCONCELOS, 1986).

interesses da Monarquia, para vinculá-lo aos interesses da nação, o que se reforça pelo firme senso de identidade construído entre os militares nos campos de batalha.

Afinal, a Guerra do Paraguai escancarou a necessidade de profissionalização e aprimoramento das Forças Armadas, e os jovens oficiais veteranos vislumbraram a possibilidade de atingir esses objetivos renunciando ao silêncio disciplinar que marcava os círculos castrenses. Além do mais, essa era uma forma de manifestar o descontentamento da classe armada com o percebido desprestígio que lhe fora imposto por parte do governo imperial, caracterizado pela prevalência do poder civil sobre o militar, a que se somava a redução orçamentária da pasta da Guerra após o fim do conflito, decorrente da necessidade governamental de ajuste das finanças para lidar com as despesas adquiridas por ocasião do próprio enfrentamento a Solano López (DARÓZ, 2017). Assim, os militares passaram também a exigir maior presença na política.

Uma das formas de expressão dessas ideias se verificou com a criação da Revista do Exército Brasileiro, em 1882. Apesar de o conteúdo das publicações se voltar primariamente a questões de interesse institucional interno, seus redatores, de forma sutil, também opinavam sobre temáticas que iam além da esfera das armas:

> Embora de caráter declaradamente técnico-profissional, a revista expressava o pensamento militar dos postos intermediário e subalternos do Exército, abrangendo questões nacionais, acompanhamento das modernizações nas Forças Armadas estrangeiras e, de forma sutil, questões ideológicas que defendia as reformas na Força Terrestre e, de certa forma, confrontavam o Império. Apesar da gama de assuntos abordados pela revista é possível observar que o tema central era a necessidade de profissionalização e modernização do Exército, acompanhando a tendência das Forças Armadas de outros países, sobretudo europeus, tornando-o apto a defender a Pátria contra qualquer investida estrangeira (DARÓZ, 2017, p. 92).

Em meio a essa mudança de mentalidades e ferramentas, novas ideias passaram também a integrar a formação do oficialato nacional, com destaque para a introdução do positivismo comteano nos círculos de discussão dos oficiais. Essa linha de pensamento pode ser entendida como uma corrente filosófica que renuncia ao conhecimento *a priori* em favor da experiência e dos métodos admitidos pela ciência, eliminando da filosofia questionamentos e problemas de natureza transcendente e metafísica (COSTA, 1950).

O positivismo, ainda que desenvolvesse uma visão de mundo essencialmente pacifista e antimilitarista, teve uma irônica e paradoxalmente notória influência nas forças armadas brasileiras. A vulnerabilidade a essa influência pode ser atribuída a dois fatores

centrais: o caráter acentuadamente matemático-científico do ensino nas instituições militares do Brasil, organizado em detrimento das artes militares em si; e a prevalência, entre o jovem oficialato, de indivíduos desinteressados na vida militar que buscavam na carreira militar uma forma rápida e segura de se obter instrução e ascensão social. A junção entre esses fatores, juntamente com a pouca importância conferida pelo governo ao ensino militar em si - o que vulnerabilizava as instituições diante da ação de eventuais ideias que pudessem causar problemas - levou membros da classe armadas a defenderem concepções de uma filosofia que pregava precisamente o licenciamento geral das tropas e sua substituição por uma guarda civil (TORRES, 2018).

Além disso, baseada nas premissas teóricas de seu pensamento, a filosofia desenvolvida pelo francês Auguste Comte (1798-1857) desenhou também uma teoria política. Ela dividia o desenvolvimento humano em três "estados" progressivos, graduados, do menor ao maior, de acordo com o nível de apreensão de conhecimentos e explicação da realidade: o teológico, o metafísico e o positivo. Assim, a monarquia seria a forma de governo que caracterizaria o estado teológico; o parlamentarismo liberal-democrático caracterizaria o metafísico; e, por fim uma república tecnocrática pacífica e industrial caracterizaria o estado positivo (TORRES, 2018).

Essa ideia levou muitos militares a defenderem a mudança de regime, como forma de transição para o estado positivo. Em posicionamento crítico à influência positivista em meio às classes armadas, comenta Lima (2021, p. 173):

> A oficialidade andava em bom número transviada de sua educação profissional pela cultura de uma doutrina filosófica francesa que nem todos digeriam satisfatoriamente, malgrado o bem ordenado da sua sistematização. O positivismo era Evangelho na Escola Militar, que, oriunda da antiga Escola Central, depois do seu desdobramento, de que saiu a Escola Politécnica, se tornara um viveiro de agitadores - abolicionistas e democráticos. tenentes e capitães mostravam saber de cor Augusto Comte e Laffite em vez de Jomini e Von der Goltz. Frequentavam seus clubes, discutiam política e literatura, em vez de concorrerem aos campos de exercícios. Faltava-lhes uma verdadeira tradição militar, mal substituída pelas reminiscências das lutas intestinas, primeiro contra o elemento português, preponderante no Exército formado por Dom João VI, em seguida contra os próprios nacionais. A campanha do Paraguai foi na verdade a única guerra estrangeira do Império digna de nome.

Assim, os mesmos militares, exaltados pelo sucesso nos campos do Paraguai, retornando vitoriosos à pátria, seriam determinantes para o processo que levaria à queda da monarquia no Brasil. A sequência de eventos do caminho para o golpe de Estado que

ensejaria a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi assim resumida por Torres (2017, p. 90):

> Mas a situação decadente do imperador, a posição difícil da princesa e seu esposo, o predomínio cada vez maior dos presidentes de conselho, os programas liberais do visconde de Ouro Preto, que, sem chegar à federação, continham em si germes de uma dissolução muito grande da autoridade – tudo aos poucos levava o país para o caos. Então, para restabelecer a ordem, a hierarquia, a unidade de comando, Deodoro avança, um pouco às tontas, e estabelece a autoridade com base na espada.

Esse processo influiu sobre a percepção que o brasileiro tem sobre os integrantes das Forças Armadas do país. A intervenção dos militares sobre a vida e a política passou a ser vista como remédio supremo para resolver problemas a elas relativos, o que explica a atuação ativa do Exército e da Marinha nos grandes acontecimentos da vida nacional após a Guerra do Paraguai, em visão que repercute até os dias atuais.

Essa mesma visão descrita se escora não apenas no aumento da importância dos militares ao final do Império, mas também ao de sua autoestima, engrandecida, afinal, pelo golpe que deu fim à monarquia brasileira. Essa é também a observação de Gilberto Freyre (1965, p. 451-452):

> Com a fundação da República, realizada a 15 de novembro menos pelos republicanos sectários que por militares conscientes do que lhes pareceu seu dever de orientadores de uma força supra-partidária a serviço da Nação, em momento excepcionalmente crítico para a mesma Nação, o prestígio nacional do Exército aumentou consideràvelmente. Não que tivesse diminuído o dos bacharéis ou o dos doutores empenhados em actividades políticas e parapolíticas: o dos militares é que cresceu. Vinha crescendo, aliás, desde a guerra chamada do Paraguai, quando já vimos, por depoimentos de sobreviventes da época, terem os heróis da áspera campanha se tornado figuras carismáticas aos olhos das crianças adolescentes do País inteiro, ao ponto de ter o culto por esses heróis concorrido - como aliás a mesma guerra através de outros dos seus aspectos - para avivar a unidade nacional, separando-a, de algum modo, da unidade monárquica.

O Exército e a Marinha, por fim, deram notável contribuição imagética para a construção e solidificação dos símbolos nacionais, que ganharam novo impulso a partir do conflito.

3.5 Os símbolos e heróis nacionais

A história do Brasil possui diversos momentos em que se pôde verificar verdadeiro movimento de consolidação dos símbolos nacionais, com a fixação de seus

significados, solidificando sua importância na vida nacional. Um desses momentos foi a Guerra do Paraguai.

Antes de se expor essa tese, é preciso que se entenda o significado do vocábulo sobre o qual se pretende desenvolver esta seção. Para D'Alviella (1995), "símbolo" é uma representação de alguém ou alguma coisa, que evoca a concepção do objeto representado por características em comum.

Cabe à pessoa que percebe o símbolo abstrair seu significado, bem como sua extensão. É o que entende Whitehead (1958, p. 57):

> *We enjoy the symbol, but we also penetrate to the meaning. The symbols do not create their meaning: the meaning, in the form of actual effective beings reacting upon us, exists for us in its own right. But the symbols discover this meaning for us. They discover it because, in the long course of adaptation of living organisms to their environment, nature taught their use. It developed us so that our projected sensations indicate in general those regions which are the seat of important organisms*[10].

Especificamente no que tange aos símbolos ditos nacionais, sua contemplação integra verdadeira missão de resgate à história do país. Esse papel é sucintamente delineado por Luz (2005, p. 14), que descreve os símbolos nacionais como "o retrato vivo do Brasil, de nossa terra e de nossa gente".

Há, portanto, certos itens, fenômenos ou mesmo pessoas que possuem uma aura em torno de si. Essa aura é capaz de magnetizar um sentimento coletivo e direcioná-lo para um fim comum, de modo a criar uma espécie de contemplação sobre esse mesmo sentimento coletivo, o que se pode canalizar para atitudes como o cumprimento de um dever e a prestação de uma reverência. Esse é o papel dos símbolos de uma nação, reforçando também a identidade.

No que diz respeito à Guerra do Paraguai, os efeitos do conflito na psique nacional foram bastante profundos. Nos dizeres de Doratioto (2002, p. 461):

> Embora traumática, a guerra foi o ápice da "obra de unificação" do Brasil, ao conjugar energias de todo o país para vencê-la. No início do conflito, voluntários se apresentaram em todas as regiões do país; o

[10] Nós apreciamos o símbolo, mas também penetramos em seu significado. Os símbolos não criam o seu significado: o significado, manifestado na forma de coisas reais que reagem sobre nós, existe em si mesmo. Mas os símbolos descobrem esse significado para nós. Eles o descobrem porque, no longo percurso da adaptação dos organismos vivos aos seus respectivos ambientes, a natureza ensina seu uso. Ela nos desenvolveu de modo que nossas sensações projetadas indicam em geral as regiões que são foco de importantes organismos (tradução livre).

> imperador teve sua imagem fortalecida e o hino nacional e a bandeira foram incorporados ao cotidianos dos grandes centros urbanos, por meio de festejos cívicos, nas comemorações de vitórias ou nas cerimônias de partida das tropas. Enfim, tornou-se fator de fortalecimento da identidade nacional brasileira a existência do inimigo que, segundo o discurso da época, era apenas Solano López, pois também o povo paraguaio era vítima deste. No Sul, o Rio Grande, província vista como problemática pelo governo central brasileiro, não só incorporou-se ao esforço nacional com sua cavalaria, como foi, talvez, a província mais beneficiada financeiramente, graças ao fornecimento de suprimentos para o teatro de guerra.

Os símbolos nacionais, ou seja, os objetos que remetiam à lembrança da pátria mesmo diante do furor dos combates, passaram a ser uma reminiscência da própria luta, evocando o heroísmo e a galhardia dos que combateram o invasor paraguaio. Observe-se, por exemplo, o comentário do pesquisador Milton Luz acerca do brasão de armas do Império do Brasil:

> Este brasão, centrado no pavilhão auriverde que serviu de guião aos bravos combatentes de terra e mar que defenderam a honra do Brasil em Riachuelo e Humaitá, foi levado, de vitória em vitória, desde Tuiuti, Lomas Valentinas e Avaí, até o final desenlace da campanha do Paraguai, às margens do Aquidabã. (LUZ, 2005, p.112).

Mais que isso: os símbolos identificadores do Brasil, tais como bandeira e hino, passaram a ter presença não apenas aprofundada na vida das pessoas, mas também, pelo profundo respeito decorrente da representação que passaram a exercer, os ataques a eles também passaram a ser repudiados com igual vigor.

Há um exemplo nítido desse tipo de efeito. O Barão do Rio Branco (1845-1912) compilou uma grande obra histórica voltada ao tratamento das efemérides brasileiras separadas por dia. Entre os grandes acontecimentos da história nacional ocorridos no dia 20 de janeiro, o Barão elencou a defesa da cidade gaúcha de Jaguarão, em 1865, contra um raide uruguaio perpetrado pelo governo oriental, então ocupado pelo partido *blanco* - hostil ao Império do Brasil, contra quem sustentava beligerância em virtude da intervenção brasileira no país, desde o ano anterior. Observe-se como é narrado o tratamento a uma bandeira imperial capturada:

> **1865 —** *Defesa da cidade do Jaguarão contra o ataque do chamado "exército de vanguarda da República Oriental"*. As forças orientais, assim intituladas, constavam de 1.500 homens de cavalaria, comandados pelo general Basílio Muñoz, que obedecia ao governo de Montevidéu, então em guerra com o Brasil. O segundo chefe da coluna invasora era o coronel Timóteo Aparício. O coronel da Guarda Nacional, Manuel Pereira Vargas, com 400 guardas nacionais dos nos 15 e 28 corpos provisórios de cavalaria, e 94 guardas nacionais de

> infantaria, repeliu o ataque trazido pelos “blancos” orientais às 15h. As pequenas canhoneiras Apa e Cachoeira auxiliaram a defesa. Tivemos apenas dois mortos e quatro feridos; e o inimigo, seis mortos e 20 feridos. Muñoz retirou-se durante a noite e no dia 28 evacuou o nosso território. O governo de Montevidéu fez acreditar aos seus partidários que Muñoz obtivera uma brilhante vitória no Jaguarão, e festejou-a, fazendo arrastar pelas ruas uma bandeira brasileira, que declarou ter sido tomada naquele combate. A Reforma Pacífica, principal órgão do partido “Blanco”, descreveu assim o ignóbil espetáculo que deram nas ruas de Montevidéu, no dia 9 de fevereiro, os ministros do presidente Aguirre: “O troféu, que nos enviou do teatro de suas façanhas o invicto general Muñoz, passeou ontem pelas ruas humilhado ante o sol do nosso estandarte, e precedido de uma banda de música capitaneada pelo ministro da Guerra. A bandeira brasileira percorreu todos os pontos da linha e as casas dos nossos principais chefes, sendo arrastada à vista da esquadra inimiga [...] Na residência do general Lamas se deteve a comitiva, e a reunião pediu que ele pisasse aquela bandeira de ignomínia, ludibrio do mundo culto e insígnia de uma corte de piratas. O general Lamas pisou a bandeira, selando com este ato solene sua consagração à causa da pátria...” Onze dias depois, fugiam de Montevidéu os autores dessa bárbara bacanal (ver 20 de fevereiro de 1865). O general A. Diaz (do partido “Blanco”) dá as seguintes informações sobre o inventado troféu: “[...] A parte do senhor Muñoz sofreu uma considerável alteração, enriquecida com agregações notáveis, entre as quais figurou um estandarte da cavalaria brasileira, estampado, e em que aqueles momentos de exaltação, e com o objetivo de excitar as massas, foi exibido nas demonstrações mais informais e arrastado pelas ruas de Montevidéu (GARCIA, 2012, p. 88-89).

O arrastamento do pavilhão imperial pelas ruas da capital uruguaia chegou ao conhecimento do Marquês de Tamandaré (1807-1897), almirante brasileiro que comandava a esquadra intervencionista que bloqueava Montevidéu, com o objetivo de fazer ceder o governo *blanco*. Tamandaré chegou a manifestar desejo de bombardear a cidade em desagravo pelo desrespeito à bandeira, sendo impedido pelo diplomata José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco (1819-1880), enviado imperial para tratativas de solução diplomática para a crise no Uruguai, sob a argumentação de inconveniência política. Contrariado, o almirante insinuou indignidade no ato, afirmando que apenas um militar pode saber o significado de insultos à bandeira (DORATIOTO, 2002).

O mesmo Almirante Tamandaré, contudo, tem outro espaço específico reservado na história simbólica do país. A lembrança do conflito conduziu ao reconhecimento nacional de toda uma série de heróis da pátria, notabilizando-se grande parte dos patronos das Forças Armadas, como o citado comandante - patrono da Marinha -, destacados combatentes do confronto com o Paraguai.

Contudo, para se aprofundar na compreensão sobre o porquê de se recordar os ex-combatentes como heróis, é preciso entender o que qualifica um herói. Para Carvalho (2007), assim como uma época, um país e uma cultura, um homem conta com três tipos de legado que pode pretender deixar como sinais de sua passagem por este mundo. Ele assim os descreve:

> Os homens que, por seu poder e influência, encarnam o espírito de uma época e de uma cultura, têm sempre a opção de pautar suas decisões pelas contingências momentâneas enquanto tais, pelos valores universais tais como transparecem nas contingências momentâneas, ou pelas contingências momentâneas falsamente elevadas a princípios universais. Isso delineia três tipos de ação histórica bem característicos: aquele que não tem nenhuma significação ou valor fora do quadro empírico em que se desenrolou, (e que, portanto, para os homens de outras épocas e lugares, não tem senão uma remota "importância histórica"); aquele que deixa para os tempos seguintes um modelo de ação inspirador e sempre renovável; e aquele que deixa atrás de si como que a sombra de um pesadelo (CARVALHO, 2007, p. 28-29).

Os heróis relembrados dos combates na Guerra da Tríplice Aliança ilustram o segundo tipo. Isso porque, entendendo-se a honra nacional e suas virtudes anexas - como a coragem, a destreza e o altruísmo na vivência em campo de batalha - como valores universais transparecidos na contingência momentânea da necessidade de se defender o Brasil, os vivos e mortos que as demonstraram, arriscando-se em combate, merecem ser lembrados como heróis. Ou seja, exatamente como os modelos de ação inspiradores e renováveis referidos na citação acima.

A título de exemplo, elencam-se aqui alguns dos patronos das Forças Armadas elencados pelo Exército Brasileiro (2022, s/p), tidos até o presente como modelos indeléveis de conduta para o reforço da simbologia nacional, os quais compartilham a coincidência cronológica de se terem destacado no contexto da Guerra do Paraguai, seja na linha de frente ou na retaguarda:

1. Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Marquês (e futuro Duque) de Caxias (1803-1880) - Patrono do Exército;
2. Brigadeiro Antônio de Sampaio (1810-1866) - Patrono da Infantaria;
3. Marechal Manuel Luís Osório, Marquês do Herval (1808-1897) - Patrono da Cavalaria;
4. Marechal Emílio Luís Mallet, Barão de Itapevi (1801-1886) - Patrono da Artilharia;

5. Tenente-coronel João Carlos de Villagran Cabrita (1820-1866) - Patrono da Engenharia;
6. Tenente Antônio João Ribeiro (1823-1864) - Patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais;
7. General-de-brigada João Severiano da Fonseca (1836-1897) - Patrono do Serviço de Saúde do Exército;
8. Rosa da Fonseca (1802-1873) - Patrona da Família Militar.

A lembrança desses heróis é possível pela incorporação da validade do elemento biográfico no estudo histórico. De acordo com o pensamento de Schmidt (2003), esse modelo permite o estabelecimento de um elo entre a história e a moral, de modo a se criar a figura das grandes personalidades, com o fim de que suas virtudes sejam posteriormente emuladas.

Lembra-se que, nos dizeres de James (1880), a negativa da importância da iniciativa do indivíduo nos fenômenos históricos torna uma visão evolucionária da história vaga e anticientífica, já que a existência de pessoas extraordinárias é um fato notório e amplamente verificável. E são essas mesmas pessoas que podem ser, futuramente, alçadas aos postos heroicos, além de se tornarem símbolos de todo um país.

Figura 11 - Batalha do Avaí, de Pedro Américo. Mesmo um quadro com diversos elementos visuais carrega nuances interessantes para análise, a exemplo do destaque dado às figuras de Osório (mais à direita, liderando o avanço) e Caxias (à esquerda, como que coordenando os movimentos das tropas e dando ordens). O que se verifica é uma tentativa de captar a aura heroica desses grandes homens, dando carga simbólica a seus retratos.

Fonte: AMÉRICO, 1872/1877.

O heroísmo que definiu esses homens também se materializava em situações concretas. Atendo-se a um exemplo, pode-se citar um famoso episódio ocorrido na batalha de Itororó, ocorrida em dezembro de 1868. Nele, o já velho Marquês (futuro Duque) de Caxias, comandante das tropas aliadas, ao vislumbrar constantes tentativas fracassadas conduzidas pelos soldados aliados de investirem sobre uma ponte, bem defendida pelos paraguaios, opta por liderar uma carga de cavalaria, colocando-se à frente dos disparos inimigos:

> Aí, o vaqueano Céspedes informa ao generalíssimo que existe um atalho à esquerda, pelo qual se pode contornar a posição. Caxias ordena a Osório que siga por ele com o 3º Corpo e realize o ataque de flanco. Enquanto Osório se põe em marcha, continua a terrível disputa da ponte. Novo contra-ataque, conduzido pelo general Gurjão com a infantaria, vem em auxílio do de Fernando Machado, que se malograva sob a fuzilaria e a metralha. Ferido gravemente, Gurjão retira-se para morrer. Então, o bravo Argolo se atira contra a ponte varrida de balas e cai ferido também. Todo o 2º Corpo se esfacelava de encontro à resistência paraguaia e o movimento de Osório demorava. Situação crítica! Caxias não hesita e manda avançar o 1º Corpo sob o comando de Jacinto Machado. A ponte é novamente transposta, mas os paraguaios se lançam em furioso contra-ataque sobre o flanco da infantaria imperial. Aí Caxias desembainha a espada invicta, esporeia o cavalo e conduz à luta a brigada de infantaria que tem de reserva, gritando com voz estentórea: Sigam-me os que forem brasileiros! (BARROSO, 2019, p. 242).

Ainda, nos moldes do conceito já fornecido, se entendemos um fenômeno como um símbolo nacional, há um específico que merece um capítulo à parte: a repercussão da

luta armada no âmbito das relações raciais do Brasil, particularmente no que diz respeito aos seus reflexos no processo de abolição da escravatura.

3.6 As relações raciais e o Abolicionismo

Para encerrar esta exposição, cabe recordar um fato que, ao mesmo tempo em que identifica os brasileiros em sua peculiaridade, também foi decisivamente influenciado pelo andamento e desfecho da Guerra do Paraguai: o desenvolvimento das relações raciais no Brasil, que teve consequências diretas na campanha abolicionista.

Por séculos, o promissor território português nas Américas não pôde escapar da maior chaga que manchou sua história: a escravidão. Esse regime de trabalho submeteu vergonhosamente milhões de negros oriundos da África a regime servil e abusivo de trabalho no Brasil, negando-lhes a condição humana.

Desde os primórdios da colonização, a presença do negro na sociedade brasileira foi bastante significativa. A historiadora Kátia Mattoso (1931-2011) estima que, entre o final do século XVI e o ano de 1850, foram trazidos da África entre 3,5 e 3,6 milhões de cativos, o que tornou o Brasil polo importador de cerca de 38% de todos os escravos africanos que se direcionaram às Américas (MATTOSO, 1982).

Essas importações possuíam clara finalidade específica. De acordo com o pesquisador marxista Jacob Gorender (1923-2013), ainda na época colonial, o intento originário da Coroa Portuguesa em explorar e povoar o vasto e desconhecido território brasileiro era encontrar metais preciosos, a exemplo do que fizeram os espanhóis no México e no Peru. Contudo, a subida vertiginosa dos preços de *commodities* agrícolas e as condições favoráveis para plantá-las na nova colônia levaram as autoridades lusitanas a decidirem pela produção de riqueza pela via da agricultura, com mão de obra escrava para manuseá-la (GORENDER, 2016). E a política de Portugal, dependente da mão de obra escrava, também se transmitiu ao Brasil independente.

Por outro lado, pauta notável na historiografia que descreve o Brasil trata acerca do tópico da convivência, nestas terras, de diferentes povos e culturas, bem como da existência de forte elemento de miscigenação entre eles. Já no século XIX, em trabalho premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o pesquisador bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) trouxe, como elemento fundamental para a

compreensão do Brasil, a convergência de três raças: a "de côr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica" (VON MARTIUS, 1845, p. 382).

O intelectual germânico vai além em suas ponderações: ele atribuiu à natureza plurirracial do nascente país características positivas, a exemplo do que se pode conferir com a leitura do trecho abaixo:

> Eu creio que um auctor philosophico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um christianismo esclarecido, nada achará n'essa opinião que possa offender a susceptibilidade dos Brasileiros. Apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Creador, e abstrahindo da sua côr o seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador. Essa philantropia transcendente, que aprecia o homem em qualquer situação em que o acha destinado para obrar e servir de instrumento, a infinitamente sabia ordem do mundo, é o espírito vivificador do verdadeiro historiador. E até me inclino a suppôr que as relações particulares, pelas quaes o Brasileiro permitte ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade Brasileira, designa por si o destino do paiz, em preferência de outros estados do novo mundo, onde aquellas duas raças inferiores são excluidas do movimento geral, como como indignas por causa de seu nascimento, ou porque o seu numero, em comparação com o dos brancos, é pouco consideravel e sem importancia (VON MARTIUS, 1845, p. 383-384).

O destaque sociológico que daí se extrai foi percebido por Gilberto Freyre, que entendeu a miscigenação brasileira, particularmente a figura do mulato, como um atributo civilizatório. Dessa forma, esse autor compreendeu a formação de um povo mestiço e multiétnico como determinante para a trajetória do país:

> Contra os adeptos do embranquecimento num Brasil europeizado e contra os adeptos da negritude de um Brasil africanizado, Gilberto Freyre queria o Brasil brasileiro em miscigenada morenidade, democracia étnica a ser construída, ainda não concluída, ao contrário do que também o acusam seus detratores (CHACON, 1993, p. 125).

Nesse contexto, essa peculiaridade étnica do Brasil contribuiu para que, logo que o país se tornou independente, já começassem os questionamentos sobre o *status* a se conceder ao "elemento servil". Desde a Assembleia Constituinte de 1823, já se observavam importantes vozes questionando o caráter institucional da escravidão, levantando a bandeira abolicionista. Uma delas vinha do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que, para apresentar à Assembleia, redigiu uma representação propondo um plano de abolição gradual da escravatura, posteriormente publicado para divulgação. Esse mesmo plano continha duras linhas contra o regime servil:

> Este commercio de carne humana he pois um cancro que róe as entranhas do Brasil, commercio porém, que hoje em dia já não he preciso para augmento da sua agricultura e povoação, huma vez que, por sábios regulamentos, não se consinta a vadiação dos brancos, e outros cidadãos mesclados, e a dos fôrros; huma vez que os muitos escravos, que já temos, possão, às abas de hum Governo justo, propagar livre e naturalmente com as outras classes, huma vez que possão bem criar e sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça Africana com maior cristandade, até por interesse proprio; huma vez que se cuide emfim da emancipação gradual da escravatura, e se convertão Brutos immoraes em cidadãos uteis, activos e morigerados.
>
> Acabe-se pois de huma vez o infame trafico da escravatura Africana; mas com isto não está tudo feito; he também preciso cuidar seriamente em melhorar a sorte dos escravos existentes, e taes cuidados são já hum passo dado para a sua futura emancipação.
>
> As leis devem prescrever estes meios, se he que ellas reconhecem, que os escravos são homens feitos á Imagem de Deos. E se as leis os consideram como objectos de legislação penal, porque não o serão tambem da protecção civil? (ANDRADA E SILVA, 1825, p. 23-24).

Opinião análoga era partilhada pelo próprio governante do país à época. O jornalista e historiador Hélio Vianna (1908-1972) fez um levantamento dos escritos de Dom Pedro I, o primeiro imperador do Brasil, e disponibilizou os seguintes trechos de carta escrita pelo monarca ao jornal "O Espelho":

> O amor que consagro à minha pátria, os princípios de uma justa liberdade que tenho e o quanto me interesso pela prosperidade e grandeza deste império, me instam a que faça patentes ao público as minhas idéias acerca do comércio da escravatura.
>
> Poucas pessoas ignoram que a escravatura é o cancro que rói o Brasil. Ao primeiro golpe de vista saltam aos olhos os imensos e incalculáveis males que a escravatura nos traz consigo. Estes males são o justo prêmio do direito por nós arrogado, e não adquirido, porque não consta que haja direito algum dos homens se escravizarem uns aos outros. Os escravos nos inoculam todos os seus vícios e nos fazem os corações cruéis e inconstitucionais e amigos do despotismo (VIANNA, 1967, p. 74).

A batalha legislativa pela Abolição já caminhava com a promulgação da Lei Feijó, de 1831, e a da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850[11], quando eclodiu a Guerra do Paraguai, em 1864. O esforço nacional de preenchimento das fileiras de soldados que

[11] A Lei Feijó garantia a liberdade dos escravos que entrassem no Império após a data de sua promulgação, além de prever punição aos traficantes. A Lei Eusébio de Queiroz foi consequência do *Bill Aberdeen* - norma britânica de 1845 que concedia à Marinha da Grã-Bretanha o direito de apreender navios negreiros que se dirigissem ao Império do Brasil, considerando o tráfico como ato de pirataria, e estabelecendo que os infratores seriam julgados por tribunais britânicos -, proibindo a importação de escravos, prevendo a repatriação de cativos a ser feita por conta do Estado, e estabelecendo normas de processo e julgamento para infratores dessas disposições (NORONHA, 2019).

combateriam o invasor paraguaio também contou com a importante colaboração de soldados negros, fossem eles escravizados ou não. Não há números certos e exatos sobre a quantidade de negros que lutaram nas fileiras imperiais - ainda mais levando-se em conta a presença de mestiços no Exército -, mas levantamentos citados por Toral (1995) trabalham com número que varia entre 8.489 e 20 mil combatentes.

Os soldados negros se destacaram de diversas formas nas frentes de combate. Além da intrepidez e do valor com que se batiam contra os paraguaios, às vezes esse destaque também tinha natureza estética, o que se exemplifica pelo caso dos zuavos baianos. O veterano Dionísio Cerqueira os descreve:

> Havia entre os voluntários um corpo, de uniforme estranho: "largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um *fez* na cabeça. Eram todos negros e chamavam-se - *Zuavos baianos*. Os oficiais também eram negros. Passados poucos dias, foram dissolvidos e as praças distribuídas por outros batalhões. Muitos passaram a serventes dos hospitais. O General Osório teria podido tirar grande partido daquela gente forte e brava; mas não o fez, por não se lembrar talvez, naquele momento, do heroísmo e altos feitos com que os imortais terços de Henrique Dias, o heróico capitão negro, ilustraram a história pátria (CERQUEIRA, 1980, p. 104).

Registre-se que o Exército Imperial Brasileiro tinha uma própria e bem estabelecida política de não levar em conta a cor dos soldados, com os últimos batalhões formados de maneira exclusiva por pardos ou negros tendo sido formal e oficialmente abolidos ainda na década de 1830 (KRAAY, 2012). Mesmo assim, a necessidade de homens para combater no *front* levou o governo baiano a aprovar excepcionalmente a criação dessas companhias voluntárias negras, fardando-as com o famoso uniforme análogo ao das tropas francesas recrutadas no norte da África.

Valendo-se de seus contingentes miscigenados, o Império do Brasil, junto aos demais membros da Tríplice Aliança, conseguiu derrotar o agressor. Os combatentes negros retornaram à pátria com cobertos com a mesma aura de heroísmo que acompanhava os combatentes brancos, destacando-se em feitos individuais ou coletivos.

Por mais que o foco maior desta seção seja a abordagem dos combatentes negros, é justo que algumas linhas sejam também dedicadas aos indígenas. Estes, oriundos do território brasileiro originalmente invadido - particularmente a província de Mato Grosso -, prestaram também relevantes serviços ao Exército Imperial, fornecendo-lhe guias,

soldados e víveres, em muito impulsionados pela rejeição ao invasor paraguaio, o mesmo que destruíram seus aldeamentos e cultivos (ESSELIN; VARGAS, 2015).

Ocorre que o retorno à pátria após a vitória veio acompanhado de uma contradição: os heróis dos campos de batalha viram seus semelhantes ainda submetidos à dureza do regime escravocrata. Doratioto (2002) anota que a Guerra do Paraguai serviu também para aprofundar as contradições da monarquia brasileira, o que posteriormente levaria à sua queda, e essa foi uma delas. Assim, impulsionada pela memória dos feitos dos militares negros quando em combate, a sociedade imperial passou a se inclinar cada vez mais em direção à pauta abolicionista, o que se refletia no próprio Exército. Gorender (2016) recorda que sentimentos abolicionistas foram disseminados entre a oficialidade, em decorrência da incorporação de diversos escravos recém-libertos às tropas que seguiriam para os combates, conclusão acompanhada por Daróz (2017, p. 91):

> Seis anos depois, o Exército retornou do Paraguai vitorioso e transformado. O convívio dos militares com os ex-escravos nos campos de batalha, até então qualificados como incapazes de partilhar e conviver com os padrões de civilidade do Império, fez-se sentir com grande intensidade no pós-guerra, levando muitos militares a ingressarem nas hostes abolicionistas.

Esse ambiente também foi impelido por fato curioso. Nos últimos meses de campanha no Paraguai, o comandante-em-chefe das forças aliadas passou a ser Gastão de Orléans, o Conde d'Eu (1842-1922), genro do imperador. O Conde, de simpatias declaradamente contrárias à escravidão, pressionou pela libertação dos escravos no Paraguai, enviando, em 12 de setembro de 1869, um ofício ao recém-formado governo provisório paraguaio - estabelecido após a deposição formal de López -, no qual sugeria a extinção da escravatura no país guarani. O governo provisório, então, sancionou norma extinguindo a instituição no país já em 2 de outubro de 1869 (CASCUDO, 1933).

Figura 12 - Zuavo baiano. O curioso uniforme adota estilo francês, calças vermelhas, fez, polainas e jaqueta azul, tendo ainda adereços

verdes e amarelos. Os destacamentos de zuavos baianos, formados exclusivamente por negros (incluindo seus oficiais), lutaram com distinção até serem absorvidos por outras unidades das tropas brasileiras.

Fonte: TORMENTO PABULUM, 2015.

Criava-se, assim, um evidente paradoxo: enquanto um membro da família que governava o Império promovia a libertação de escravos no exterior, o mesmo Império ainda sustentava a odiosa instituição escravocrata. O parlamentar Joaquim Nabuco assim escreveu sobre essa contradição, com ares de denúncia:

> A iniciativa tomada contra a escravidão no Paraguai pelo conde d'Eu, marido da princesa imperial, como general em chefe do nosso Exército, foi outro compromisso aceito à face do mundo. Como poderia este acreditar que o ato do general brasileiro exigindo do vencido a abolição da escravatura não envolvia para o vencedor a obrigação moral de fazer outro tanto no seu próprio território? Esse exército, cuja coragem e perseverança habilitou o príncipe que o comandava a impor ao inimigo o seu desejo humanitário, como uma ordem que foi logo obedecida, era composto em parte de homens que tinham passado pelo cativeiro. Talvez o conde d'Eu não se tenha lembrado disso ao reclamar a emancipação dos escravos na República, nem de que os havia em número incomparavelmente maior no Império; mas o mundo não podia esquecer um e outro fato, ao ter conhecimento daquela nobre exigência e do modo como foi satisfeita (NABUCO, 2019, p. 77).

A pressão legislativa do pós-guerra redundou, em 28 de setembro de 1871, sob o ministério conservador do gabinete chefiado pelo Visconde do Rio Branco, na aprovação da Lei nº 2.040/1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Para Noronha (2019), essa norma tinha a finalidade fundamental de parar o aumento do número de escravos no Brasil, mas seu alcance era muito mais amplo: a lei também trazia disposições sobre quotas provinciais anuais para libertação de escravos, permitia aos escravos a formação de um pecúlio, incentivava alforrias ao isentá-las de despesas e emolumentos, entre outras medidas relevantes.

O processo legislativo acompanhava o social. A luta em favor dos negros submetidos ao regime escravocrata passou a ter forte reverberação popular. Em 1880, o já citado Joaquim Nabuco fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, movimento de genuína opinião pública que, em suas campanhas, marcou os debates doutrinários sobre o regime servil, do qual fizeram parte importantes intelectuais como Luis Gama (1830-1882), André Rebouças (1838-1898) e José do Patrocínio (1853-1905), os três, descendentes de escravos (NORONHA, 2019).

A ideia da sociedade era levar com mais afinco a luta antiescravocrata para a arena política. E, entre os argumentos por ela empregados, não faltaram recordações à bravura dos combatentes negros na Guerra do Paraguai - homens que se bateram por um país que vergonhosamente os explorava. O próprio Nabuco, em conferência realizada no Teatro Santa Isabel, em Recife (PE), por ocasião da campanha para as eleições legislativas de 1884, proferiu discurso em que recordava os esforços dos veteranos:

> Peço o voto dos militares de mar e terra, porque o exército deve lembrar-se de que, se a honra nacional foi salva nos campos do Paraguai, o foi pelos descendentes e filhos de escravos (aplausos); devem lembrar-se de que as classes proprietárias entenderam que não valia a pena fazer o sacrifício das suas preciosas vidas para defender a integridade do território (sensação), sem esquecerem que enquanto os libertos, resgatados pelo Estado, derramavam o seu sangue nos campos de batalha, os títulos de nobreza eram dados aos senhores. (Novos aplausos.) (NABUCO, 2005, p. 51-52).

A luta pelo término da escravidão, dando dignidade às pessoas que tanto haviam se dedicado pelo país, ganhou contornos verdadeiramente nacionais. De fato, as forças abolicionistas enfrentavam dura oposição parlamentar, visto que os representantes escravocratas buscavam induzir ao pensamento de que escravidão e Brasil eram entidades indissociáveis. Novamente, Nabuco (2019, p. 157-158) rememora o esforço dos combatentes do Paraguai para provar a falsidade de tais assertivas:

> Tome-se outro elemento de conservação que também foi apropriado dessa forma, o patriotismo. O trabalho todo dos escravagistas consistiu sempre em identificar o Brasil com a escravidão. Quem a ataca é logo suspeito de conivência com o estrangeiro, de inimigo das instituições do seu próprio país. Antônio Carlos foi acusado nesse interesse de não ser brasileiro. Atacar a monarquia, sendo o país monárquico, a religião, sendo o país católico, é lícito a todos; atacar, porém, a escravidão é traição nacional e felonia. Nos Estados Unidos "a instituição particular" por tal forma criou em sua defesa essa confusão entre si e o país que pôde levantar uma bandeira sua contra a de Washington, e produzir, numa loucura transitória, um patriotismo separatista desde que se sentiu ameaçada de cair deixando a pátria de pé. Mas, como com todos os elementos morais que avassalou, a escravidão, ao conquistar o patriotismo brasileiro, fê-lo degenerar. A Guerra do Paraguai é a melhor prova do que ela fez do patriotismo das classes que a praticavam, e do patriotismo dos senhores. Muito poucos desses deixaram os seus escravos para atender ao seu país; muitos alforriaram alguns "negros" para serem eles feitos titulares do Império. Foi nas camadas mais necessitadas da população, descendentes de escravos na maior parte, nessas mesmas que a escravidão condena à dependência e à miséria, entre os proletários analfabetos cuja emancipação política ela adiou indefinidamente, que se sentiu bater o coração de uma nova pátria. Foram elas que produziram os soldados dos batalhões de voluntários. Com a escravidão, disse José Bonifácio em 1825, "nunca o Brasil

> formará, como imperiosamente o deve, um exército brioso e uma marinha florescente", e isso porque com a escravidão não há patriotismo nacional, mas somente patriotismo de casta ou de raça; isto é, um sentimento que serve para unir todos os membros da sociedade é explorado para o fim de dividi-los. Para que o patriotismo se purifique, é preciso que a imensa massa da população livre, mantida em estado de subserviência pela escravidão, atravesse, pelo sentimento da independência pessoal, pela convicção da sua força e do seu poder, o longo estádio que separa o simples nacional – que hipoteca tacitamente, por amor, a sua vida à defesa voluntária da integridade material e da soberania externa da pátria – do cidadão que quer ser uma unidade ativa e pensante na comunhão a que pertence.

Um dos grandes motores para a popularidade da pauta abolicionista foi a imprensa, que, mesmo por meio de *charges* e cartuns, buscava levar o problema da escravidão ao grande público, induzindo a reflexões críticas por parte dos leitores. Um dos representantes desse movimento foi o cartunista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini (1843-1910), cujas ilustrações serviam como forma de comunicação justamente com a população iletrada, a qual ele podia atingir com seus desenhos de caráter crítico (DA SILVA, 2008).

Figura 13 - charge de Ângelo Agostini intitulada "de volta do Paraguai", publicada em junho de 1870 no jornal Vida Fluminense. Ela retrata um veterano negro condecorado que, ao retornar dos campos de batalha no Paraguai, encontra sua mãe sendo açoitada no tronco. Em clara crítica à escravidão, a charge a evidencia como parte de uma das contradições impostas ao Império em decorrência do conflito contra Lopez.

Fonte: AGOSTINI, 1870.

O velho imperador Dom Pedro II não era insensível a esse cenário. Ainda que pessoalmente fosse avesso à instituição escravocrata, mantinha posicionamento cauteloso no cenário, evitando se precipitar quanto à promoção de uma abolição imediata, para impedir que a nação brasileira acabasse imersa em algum conflito civil potencialmente grave. Mesmo assim, além de não haver obstado a discussão sobre a matéria, agiu como pôde: além de libertar os próprios escravos, pagando-lhes salário mensal, permitiu que filhos dos escravos frequentassem a escola que criara para os empregados da Imperial Quinta de São Cristóvão, além de viajar pelo Brasil entregando cartas de alforria - e recompensar pessoalmente senhores que fizessem o mesmo com seus próprios escravos (NORONHA, 2019).

Contudo, uma de suas filhas, a princesa Isabel (1846-1921), assumiu posicionamento abertamente abolicionista, apoiando a causa (CALMON, 1941). Após a promulgação posterior de mais uma lei direcionada à liberdade de ainda mais escravos, a dos Sexagenários, de 1885, o fim da escravidão finalmente veio no dia 13 de maio de 1888[12], com a Lei Áurea, assinada pela mesma Princesa Isabel.

Mesmo em meio a críticas centradas na falta de um plano específico de inclusão da população negra na sociedade após a Abolição, Kátia Mattoso dá descrição objetiva do impacto da Lei Áurea - e do sistema que ela extinguia:

> A abolição intervém numa época em que o sistema escravista mostra sinais muito visíveis de exaustão, liberta as classes produtoras do país de um sistema de trabalho ultrapassado, tornado pouco rentável. Liberta igualmente a consciência dos que lutaram sinceramente para extirpar da sociedade brasileira o que então era chamado o estigma da escravidão (MATTOSO, 1982, p. 238).

Com todos os seus defeitos, o Império mostrara que, em menos de cem anos de país independente, já possuía maturidade político-institucional para encerrar um problema de origem secular. E o impulso definitivo para fazê-lo veio dos sacrifícios dos soldados negros que derramaram seu sangue pelo país na Guerra do Paraguai.

E assim se preserva a imagem do Brasil: um caldeirão cultural de muitos povos e etnias que pôde evitar um desfecho sangrento na resolução de um de seus principais

---

[12] A Lei nº 3.270/1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, tinha como foco a libertação dos escravos anciãos além de dar outras disposições, a exemplo da regulação de preços e matrículas dos escravos, além de incentivar alforrias perdoando dívidas de impostos referentes aos escravos libertos e propiciar, em seu intento, um princípio de inserção do escravo forro na vida social. Já a Lei nº 3.353/1888, conhecida como Lei Áurea, trazia apenas dois artigos: pelo primeiro, extinguia-se a escravidão no Brasil; pelo segundo, revogavam-se as disposições em contrário (NORONHA, 2019).

problemas intergeracionais. Há que se considerar ainda que a forma pela qual os brasileiros se percebem entre si advém também dos sacrifícios dos combatentes negros nos campos de batalha do Chaco paraguaio, o que lhes permitiu guiarem todo um esforço nacional conjunto em direção a uma única pauta, mesmo em posterior tempo de paz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer estudo que pretender se debruçar sobre a identidade nacional de algum povo estará enfrentando tema complexo, muitas vezes embasado por séculos ou milênios de construção dos caminhos da respectiva nação a ser analisada.

O caso do Brasil é igualmente complexo. Com história marcada por uma série de fatos e fenômenos que moldaram a percepção coletiva de seus habitantes sobre si próprios, o maior país da América do Sul exige estudos individualizados sobre cada um desses fatos e fenômenos para que se dê explicação completa sobre essa identidade.

A intenção deste trabalho foi contribuir com um desses estudos. A partir de um elemento marcantemente identificável no passado do Brasil - a Guerra do Paraguai -, buscou-se apresentar uma explicação que liga elos identificadores compartilhados pelos brasileiros a esse fato histórico, baseando-se na existência de um elemento comum específico entre essas pessoas: a própria história.

Em outras palavras, procurou-se demonstrar a existência de um elemento subjacente à compreensão de todos os brasileiros que os une em uma mesma concepção nacional: o compartilhamento de uma história comum, o que faz com que o país, com toda a sua extensão e diversidade, seja um só. O Brasil das capitanias, dos jesuítas, do governo-geral, da resistência contra o holandês, das bandeiras, das disputas de fronteira, da sede do Império Português, da independência racional, da monarquia tropical, da Constituição de 1824, e dos grandes nomes que reverberam no passado e no presente como Dom João VI, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Caxias e Tamandaré, é percebido como uma unidade por seus habitantes. A Guerra do Paraguai serviu para evidenciar essa unidade.

Para esse fim, edificou-se a tese defendida neste trabalho, a qual depende do sólido entrelaçamento entre seus elementos. A seguir, serão apresentadas individualmente as conclusões de cada parte da dissertação, para que se atinja o devido encerramento da monografia.

Na primeira seção, como forma de expor o primeiro elemento para o levantamento da ideia trazida, foram explicados os conceitos de história e historiografia. Entendendo a primeira como a ciência que estuda a ação dos homens no tempo e a

segunda como a sistematização das formas de produzir a história - sendo essencialmente, o estudo do objeto de trabalho do historiador -, desenha-se a importância de conhecer esses dois instrumentos para que se possa compreender o ser humano. Essa compreensão envolve uma necessidade de saber de onde veio o homem, para que se consiga compreender para onde ele vai.

A partir da leitura deste segmento, evidenciam-se os primeiros passos para a resposta à questão central que motiva esta dissertação, o que se dá por meio desta primeira sentença: a história é o elemento que permite ao homem desenvolver noções básicas sobre o meio em que se encontra.

As nuances desse mesmo meio vieram melhor detalhadas a partir da seção seguinte, ainda como parte do capítulo inicial. Nela, foram expostos conceitos como identidade, território, nação e cultura, essenciais para o desenvolvimento desta tese. Esses conceitos são importantes para construir a ideia de identidade nacional - um senso fundamental de ligação e pertencimento entre membros de uma mesma nação, fazendo valer o pensamento de Ernest Renan, ao defini-la como “plebiscito diário”. O conhecimento acumulado ao longo das gerações pelas pessoas permite o compartilhamento de visões de mundo semelhantes entre os integrantes de uma mesma comunidade, o que pode direcioná-los a fins comuns, impelidos por uma sólida ideia de que seus respectivos passados - por meio da ação de seus ancestrais - também foram compartilhados.

Completa-se, portanto, a explicação enunciada no início do primeiro capítulo: sendo a história o elemento que dá ao homem a noção do meio que se encontra, a percepção coletiva de uma história comum é o instrumento básico para a definição da identidade de determinado grupo humano, o que também se aplica a nível nacional. Ou seja, defende-se nesta monografia que o grande elemento que constitui uma identidade nacional é a história.

A tese foi, então, desenvolvida mediante a exposição do caso brasileiro, introduzindo também o fato histórico central a ser analisado. A pretensão do último capítulo foi evidenciar a aplicação da tese defendida para explicar o desenvolvimento da identidade nacional brasileira, a partir dos exemplos verificáveis na Guerra do Paraguai. Para isso, ele começou com uma exposição sintética sobre notáveis efemérides da história do Brasil, iniciando essa parte com a chegada dos portugueses, no século XVI, e

terminando em 1864, ano inicial da guerra que perfaz o objeto da dissertação. Reforça-se que o critério verificado com essa apresentação não foi o esgotamento de todos os aspectos da existência do Brasil, mas sim uma passagem por elementos fundamentais para a compreensão da identidade brasileira. Por isso, foram rememorados fatos como os descobrimentos em si, a criação das capitanias hereditárias e do governo-geral, o papel dos jesuítas, a União Ibérica, a luta contra os holandeses, as bandeiras, os tratados de fixação de fronteiras, a gestão pombalina, a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, a Independência, a Regência, e a construção do Estado monárquico brasileiro como um todo.

Na sequência, efetivou-se igualmente rápida síntese sobre o que foi a Guerra do Paraguai. Novamente, reitera-se uma ressalva: não se pretendeu discorrer de forma exaustiva sobre as diversas divergências interpretativas quanto aos aspectos do conflito em si, a exemplo de suas causas, desenrolares, atores e consequências. A pretensão desta seção foi expor e sumarizar o conflito entre Paraguai e Tríplice Aliança, colocando-o como ponto de choque no desenvolvimento dos estados nacionais platinos, entre os quais se incluía o Império do Brasil. Fato é que, com o início das hostilidades, produziu-se custoso conflito para todos os envolvidos, com peculiaridades que o transformam na maior guerra travada exclusivamente em solo latino-americano, com implicações que reverberam até a atualidade. Esta monografia, afinal, trata especificamente sobre algumas dessas implicações, relacionadas ao Brasil, que foram determinantes para a construção e solidificação da identidade nacional do maior país sul-americano.

A primeira dessas implicações foi o desenvolvimento de um nítido senso de patriotismo, materializado na entusiástica reação popular à invasão paraguaia, que desembocou na criação dos voluntários da pátria. Entendendo-se esse patriotismo como a noção de ligação específica a uma terra, detentora ela própria de virtudes que a distinguem das demais, observa-se como a Guerra do Paraguai foi um momento único apto a fazer surgir, no país, um movimento essencialmente patriota. A repentina invasão paraguaia das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul gerou um enorme influxo de cidadãos que se voluntariaram para combater os agressores, impulsionados pelo decreto imperial do dia 7 de janeiro de 1865, que criou oficialmente os Corpos de Voluntários da Pátria, para suprir a deficiência de pessoal do Exército e absorver essa onda patriótica.

Ainda que não se negue - como este trabalho não negou - a existência de recrutamento forçado e substituições contratadas para preencher as fileiras das tropas imperiais, há que se concordar que, em um primeiro momento do conflito, a mobilização popular foi espontânea, observando-se mesmo a superação de quotas de preenchimento de voluntários em alguns lugares do Império. Esse entusiasmo se torna ainda mais curioso quando feita a comparação com o levantamento de guardas nacionais enviados pela Argentina ao conflito. Afinal, trata-se também de país com grande extensão territorial, mas que, muito por conta de tumultos políticos recentes, enviou quota muito mais tímida de combatentes ao *front*, contando inclusive com províncias que não enviaram nenhum guarda nacional. O Brasil, que já havia alcançado a consolidação política de seu Estado ainda no alvorecer do Segundo Reinado, não teve problemas semelhantes, de modo que todas as províncias imperiais contribuíram, na medida de suas capacidades, para o esforço de guerra em termos humanos.

É possível chegar a outra conclusão interessante quando são levantados os números de voluntários da pátria e guardas nacionais mobilizados por região. Não apenas se nota que, como já mencionado, todas as províncias contribuíram, mas também há notório número de envios oriundos de províncias mais distantes do país. Isso leva à reflexão sobre o que motiva um habitante de uma região longínqua a se dirigir ao desconhecido pântano *chaqueño* para se sujeitar aos rigores impostos pela guerra. A resposta que aqui se pretende fornecer é direta: de forma inédita na história nacional, desenvolveu-se senso de nacionalidade, que trazia como imperativo a defesa comum da nação. Uma invasão ao Rio Grande do Sul ou ao Mato Grosso não mais passou a ser um problema exclusivo dos gaúchos ou mato-grossenses, mas um problema do Brasil - unidade territorial que precisava ser defendida não unicamente pelos habitantes das regiões agredidas, mas pelos brasileiros como um todo.

Outro aspecto relevante pelo qual a Guerra do Paraguai se manifestou na construção da identidade nacional do Brasil foi na alteração de percepção que os brasileiros têm sobre as Forças Armadas - e que elas têm sobre si próprias. A partir da formação constitucional do Brasil, ainda no início do Estado imperial, as tropas brasileiras, principalmente no âmbito do Exército, sempre foram tidas como elementos de sustentação e efetivação das vontades dos poderes Executivo e Moderador, privilegiando-se seu emprego na manutenção da ordem interna - e mesmo nesta função eram encaradas com desconfiança pela sociedade civil, o que levou ao desprestígio dos

militares no país. Esse desprestígio chegou a ponto de ensejar, basicamente para a execução das mesmas tarefas, a criação da Guarda Nacional, entidade paramilitar organizada localmente, sendo ela subordinada ao Ministério da Justiça e, portanto, paralela às Forças Armadas.

Contudo, a Guerra do Paraguai obrigou Exército e Marinha a se reinventarem. As necessidades de modernização e reorganização decorrentes do urgente chamado à defesa nacional impuseram aos militares a busca pela profissionalização. Com o sucesso desta, seu fruto imediato principal foi conseguir a derrota paraguaia em 1870, mas suas consequências não se encerraram aí. Exército e Marinha, por terem de maneira bem-sucedida defendido o Brasil, passaram a exigir maior participação na vida do país, entendendo servir progressivamente menos à monarquia e mais à nação. Extrapolando seus papéis funcionais constitucionalmente assumidos, os outrora secundários e desprestigiados militares passaram a perfazer força política autônoma e ativa no país, chegando ao ponto de se chocarem com o próprio imperador Dom Pedro II.

Como decorrência dessa nova assunção de figura entre os militares, observou-se também mudança de postura da própria população para com eles. A partir do momento histórico descrito, as Forças Armadas - em particular o notória e ironicamente positivista Exército - passaram a ser vistas como última instância da solução para os problemas nacionais. Eventuais falhas das instituições e atores civis em se organizarem seriam respondidas com intervenção do braço armado da sociedade, ideia surgida a partir da Guerra do Paraguai e que reverberou em diversos momentos da história brasileira - cujas análises estritas fogem ao escopo deste trabalho -, a exemplo do golpe de Estado que derrubou a monarquia, em 1889.

Ainda, a atuação da classe militar nos campos de batalha da Guerra do Tríplice Aliança em muito contribuiu para a solidificação dos símbolos nacionais, inclusive trazendo muitos nomes para a lista de heróis da pátria. Itens como a bandeira e o hino nacionais passaram a se revestir de aura protetiva que invocava a atuação de toda a nação em sua defesa, além de se fazerem progressivamente mais presentes na vida cotidiana nacional. Afinal, a consolidação política do país veio acompanhada e sucedida por uma consolidação simbólica, marcando momento histórico em que o povo brasileiro já poderia se ver como um só em torno desses instrumentos.

O magnetismo que esses símbolos exerceram e exercem também pode ser analisado sob o aspecto pessoal. Afinal, indivíduos - os heróis - também são objeto dele. As virtudes militares pessoais individuais e coletivas demonstradas nos campos de batalha, mais do que os vícios de seres humanos perfeitamente falíveis, marcaram também presença na memória coletiva nacional, recordando-se os grandes combatentes do Paraguai não apenas como referências regionais, mas como heróis de todo o Brasil. Afinal, o cotidiano brasileiro segue marcado por menções diretas e indiretas a nomes como Caxias, Tamandaré, Osório, Sampaio ou Antônio João.

Por fim, destacou-se a influência da Guerra contra Francisco Solano López no desenvolvimento das relações raciais no Brasil - o que repercutiu diretamente na luta abolicionista. O tema é amplo, e exige trabalho mais complexo do que dissertação que pretende introduzir as discussões neste campo, mas alguns enunciados gerais puderam ser traçados.

O primeiro deles foi que o Império entrou na Guerra do Paraguai marcado pela chaga da escravidão negra. O regime servil, que historicamente submetera milhões de indivíduos no Brasil à condição de propriedade, já vinha sendo combatido desde a fundação do país independente, com ativos protestos ainda na Assembleia Constituinte contra o que José Bonifácio de Andrada e Silva chamava de "comércio de carne humana". A luta contra a escravatura foi progressiva, envolvendo todo um processo político, doutrinário e legislativo que já havia manifestado resultados concretos sob a forma da Lei Feijó, de 1831, e da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850. Contudo, era necessário mais que isso.

A invasão paraguaia dos anos de 1864 e 1865 obrigou o governo imperial a buscar mais fontes para as tropas que combateriam as hostes de López. Assim, a população negra, livre e escrava, também foi visada pelas políticas de recrutamento, com ele tendo se manifestado de forma voluntária ou coercitiva. Destacando-se em combate, os soldados negros do Império do Brasil tornaram-se homens respeitados entre as tropas aliadas, a exemplo das impressões causadas pelos zuavos baianos, os quais, destaca-se, integravam um corpo fundamentalmente voluntário.

Considerando o caráter histórica e essencialmente não segregacionista do Exército Brasileiro, formaram-se batalhões e destacamentos que contavam com membros de todas as raças lutando lado a lado, incluindo também os mestiços. Batendo-se com

bravura, os soldados brasileiros negros retornaram à pátria como heróis, apenas para se depararem com uma contradição evidente do país por quem derramaram sangue: outros negros ainda estavam colocados no estrato mais baixo da sociedade, sofrendo as agruras da escravidão.

Por isso, ao término da Guerra do Paraguai, a luta abolicionista ganhou impulso. Ex-combatentes passaram também a ingressar nas fileiras do movimento em prol da Abolição, que ganhava força e caráter populares. A pressão popular, com a conivência da Coroa - demonstrada pelas atitudes de Dom Pedro II e de sua filha, a princesa Isabel, sendo esta especialmente ativa -, levou a conquistas progressivas que visavam à libertação dos escravos. No ano seguinte ao da morte de Francisco Solano López, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que trouxe uma série de benefícios em prol da luta pelo fim da escravatura. A sociedade civil, contando com a lembrança dos combatentes negros e mestiços nos campos de batalha, também se organizava espontaneamente, com a eleição de mais parlamentares abolicionistas, além da criação de entidades que declaradamente lutavam pelo fim da servidão involuntária, como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada em 1880. Mais conquistam viria sob a forma da Lei dos Sexagenários, de 1885, e dos movimentos civis ocorridos nesse ínterim, até o passo final da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, que declarava extinta a escravidão no Brasil, em honra a todos os que tanto lutaram por essa pauta.

Não se questiona o fato de haver, no Brasil, tristes heranças da escravatura, as quais ainda levarão tempo para serem superadas pela memória nacional. Contudo, pode-se observar que, também em decorrência das experiências compartilhadas nos campos de batalha do Paraguai, as relações entre os brasileiros, independentemente das cores de suas peles, passaram por mudanças. Tropas compostas por combatentes de diversas etnias refletiam também uma população com semelhante composição, fato que guiou a sociedade civil de forma unívoca em direção a uma pauta comum: a libertação dos escravos.

Todos esses aspectos servem para reforçar a tese central exposta e debatida. Entre os brasileiros, a percepção coletiva de uma história comum permitiu e permite que habitantes das mais distintas regiões do país se vejam como membros de um único povo, em serviço a uma única nação, que deles pode precisar, como precisou entre 1864 e 1870. Essa ideia conjunta é o que foi capaz de guiar um senso de patriotismo desenvolvido em

resposta a uma agressão estrangeira; conduzir uma mudança de percepção sobre o papel desempenhado pelas instituições destinadas a proteger o país; consolidar os símbolos que representam a própria nação; e desenvolver as relações interpessoais entre seus membros, chegando a uni-los em uma única causa comum, mesmo que esta tenha relação apenas circunstancial com o fenômeno que desencadeou todas as reações descritas. Essas são, afinal, as respostas para as demais questões que nortearam esse trabalho, visto que seus enunciados são aplicáveis à realidade que a Guerra do Paraguai permitiu ao Brasil verificar.

Este trabalho se prestou a servir veladamente como uma crítica às concepções interpretativas nacionais de caráter mais superficial. Esta dissertação em nenhum momento coloca como elemento definidor do "brasileiro" algum tipo de impulso carnal ou baixa inclinação, como se o *ethos* nacional simplesmente se resumisse supostas vergonha ou culpa pelo compartilhamento desses atributos. Houve e há grandeza no Brasil, e a história mostra isso - a ponto de a consciência histórica sobre essa grandeza, geradora de união e molde das percepções presentes, ser o verdadeiro elemento que constrói a identidade dos habitantes do país.

A pesquisa descrita de modo algum representa o término das discussões sobre a tese que pretendeu levantar, tendo em vista a vastidão da temática trabalhada. Ainda há muito a se estudar e interpretar, de modo que novos trabalhos podem ser conduzidos para ampliar cada um dos tópicos versados, especialmente os concernentes ao último capítulo, o que se sugere para futuros escritos.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ADAM-SALOMON. Antoine Samuel. ***Portrait of Ernest Renan***. Chicago: the Art Institute of Chicago, 1876.

Álbum de retratos e vistas referentes ao Paraguai. [S.l.: s.n.], [entre 1865 e 1870]. *In:* Fundação Biblioteca Nacional. 1 álbum (94 fotos: carte de visite), Reprodução de obra-de-arte., 5,7 x 8,9 cm a 9,4 x 5,7 cm); 28,5 x 22,5. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon514942_1152999/icon514942_1152999.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

ALMEIDA NEVES, Lucília de. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História oral**, v. 3, p. 109-116, 2000.

AMÉRICO, Pedro. **Batalha do Avaí**. 1872/1877. 1 original de arte, óleo sobre tela, 600 x 1100 cm. Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em: <https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Flh3.googleusercontent.com%2Fci%2FAC_FhM_kJjN0ZQZ-GYkEZxA6ZkojPq2BClDwXfWbX-5_fAL4bSNTQSTZSZ4IPAOx2TAP6km978jUcw%3Ds1200&imgrefurl=https%3A%2F%2Fartsandculture.google.com%2Fasset%2Fbatalha-do-ava%25C3%25AD-pedro-am%25C3%25A9rico%2FBgGRFmudOe0W0A%3Fhl%3DPT-BR&tbnid=5fqcqd4b5P9CtM&vet=12ahUKEwiAwcKF9qv7AhVtpZUCHRhuC8cQMygCegUIARC7AQ..i&docid=3tB4Klc5LqLeYM&w=1200&h=598&q=batalha%20do%20ava%C3%AD%20pedro%20am%C3%A9rico&ved=2ahUKEwiAwcKF9qv7AhVtpZUCHRhuC8cQMygCegUIARC7AQ>. Acesso em: 13 nov 2022.

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. História, memória, identidade e História Oral. **Jus Humanum: Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais**, v. 1, n. 2, p. 107-112, 2012.

AGOSTINI, Ângelo. De volta do Paraguai. *In*: **Revista Vida Fluminense**. Rio de Janeiro, Nº. 12, jun. 1870.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Representação à Assemblea Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a escravatura por José Bonifácio d'Andrada e Silva, deputado à dita assemblea pela província de S. Paulo**. Paris: Typographia de Firmin Didot, 1825.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAÚJO, Johny Santana de. Os caminhos da interação entre história, historiografia e teoria. **Revista de Teoria da História**, Ano 7, v. 13, n. 1, p. 225-249, 2015.

BARROS, José D' Assunção. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. **Mouseion**, v. 1, n. 12, p. 129-159, 2012.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, José Wasth. **Uniformes do Exército Brasileiro: 1730-1922**. Paris: A. Ferroud - F. Ferroud Succ, 1922.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Tradução de André Telles**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRADY, Mathew; HANDY, Levin Corbin. **Pedro II do Brasil.** 1876. 1 fotografia. 447 X 600 pixels. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_II_of_Brazil_-_Brady-Handy.jpg>. Acesso em: 12 nov 2022.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Tradução de Carmen C. Varriale *et al*. Brasília: Editora UNB, 11. ed., 1998.

BRASIL. **Constituição (1824).** Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 12 nov 2022.

BRASIL. **Decreto n. 3.371, de 07 de janeiro de 1865a.** *In*: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Tomo XXVIII, parte II, 1865. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html#:~:text=Cr%C3%AAa%20Corpos%20para%20o%20servi%C3%A7o,vantagens%20que%20lhes%20fic%C3%A3o%20competindo.>. Acesso em: 12 nov 2022.

CALDEIRA. Jorge. **História da riqueza do Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos.** Rio de Janeiro: Editora Estação Brasil, 2017.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CALMON, Pedro. **História do Brasil: a formação (1600-1700).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. (v. 2).

CALMON, Pedro. **Princesa Isabel: "a Redentora"**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CALMON, Pedro. **Vida de Pedro I: o rei cavaleiro.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação histórica do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARVALHO, Olavo de. **O futuro do pensamento brasileiro: estudos sobre o nosso lugar no mundo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: É Realizações, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Conde d'Eu**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai: 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre: uma biografia intelectual.** Recife: Editora Massangana, 1993. (v. 387).

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**, n°7, 13, Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 100-113.

COELHO, Jonas Gonçalves. Memória, História e identidade. In: **Colloquium Humanarum.** ISSN: 1809-8207. 2004. p. 39-44.

CORRÊA, R.L. Territorialidade e cooperação: um exemplo. *In:* SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

CORTESÃO, Jaime; SANTOS, Afonso José (org.). **História da cartografia e geografia das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2022.

COSTA, João Cruz. Augusto Comte e as origens do positivismo. **Revista de História**, v. 1, n. 3, p. 363-382, 1950.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. Com ideias e armas: o pensamento militar brasileiro após a Guerra do Paraguai. **Navigator**, v. 13, n. 26, p. 89-97, 2017.

D'ALVIELLA, Goblet. **A migração dos símbolos.** Tradução de Hebe Way Ramos e Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Pensamento, 1995.

DA SILVA, Carlos André Lopes. Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança: um diálogo entre a História Naval e a História da Tecnologia. **Navigator**, v. 14, n. 27, p. 19-30, 2018.

DA SILVA, Rafael Santos. Camélias e Revista Ilustrada: o movimento abolicionista em litografias de Ângelo Agostini. **Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro**, 2008.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma.** Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** Nova história da Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. Ed. Brasília: FUNAG, 2014.

ESPOSITO, Gabriele. ***Armies of the War of the Triple Alliance 1864-1870: Paraguay, Brazil, Uruguay & Argentina*.** Oxford: Osprey Publishing, 2015.

ESPOSITO, Gabriele. ***The War of the Triple Alliance***. Point Pleasant: Winged Hussar Publishing, 2016.

ESSELIN, Paulo Marcos; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. A participação dos indígenas da banda meridional da capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. **História: debates e tendências**, v. 15, n. 2, p. 367-382, 2015.

ÉSTHER, Angelo Brigato. **A construção da identidade gerencial dos gestores da alta administração das universidades federais de Minas Gerais.** Tese (Doutorado) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (Cepead), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2007.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Patronos**. *In*: endereço eletrônico institucional do Exército Brasileiro. Disponível em: < https://www.eb.mil.br/patronos>. Acesso em: 7 dez 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERRER, Francisca Carla Santos. A (re) organização do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. **Biblos**, v. 17, p. 121-130, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 1º Tomo. Lisboa: Oficinas Gráficas de Livros do Brasil, 1965.

FURTADO FILHO, João Ernani. **Definições de história em alguns manuais introdutórios**. ANPUH - 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628809030_ARQUIVO_2308864c6ceb6dd86bcd37084b83cb2d.pdf>. Acesso em: 5 set 2022.

GARCIA, Adilso de Campos. **A participação de negros, mulheres e índios na Guerra do Paraguai (1864-1870) e os monumentos históricos culturais da Retirada da Laguna (1867).** 2020. 173 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2020.

GARCIA, Rodolfo (organizador). **Obras do Barão do Rio Branco VI A: Efemérides brasileiras.** Brasília: FUNAG, 2012.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia história**, v. 22, p. 261-273, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
IDENTIDADE. In: MICHAELIS, Dicionário Online de Português. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/identidade>. Acesso em: 12 nov 2022.

JAMES, William. ***Great Men, Great Thoughts, and the Environment***. Washington: Atlantic Monthly, 1880. Disponível em: <https://brocku.ca/MeadProject/James/James_1880.html>. Acesso em: 12 nov 2022.

JACEGUAI, Artur. **Reminiscências da Guerra do Paraguai**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. **Afro-Ásia**, p. 121-161, 2012.

LAPA, José Roberto Amaral. **Historiografia Brasileira Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEAL, Antônio Henriques. **Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Tradução de Aurélio Domingues. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império Brazileiro: 1822-1889**. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino.** Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

MACÍAS, Flavia Julieta; SABATO, Hilda Iris. *La Guardia Nacional: Estado, política y uso de la fuerza en la Argentina de la segunda mitad del siglo XIX*. **PolHis**, Buenos Aires, ano 6, n. 11, p. 70-81, 2013.

MARC BLOCH. *In*: **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marc_Bloch&oldid=63306618>. Acesso em: 12 nov 2022.

MARTINO, Edoardo de. **Combate naval do Riachuelo**. 1870. 1 original de arte, óleo sobre tela, 172,50 x 257 cm. Arquivo Nacional. Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/reserva-tecnica/pintura-historica-76/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_85161&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=21291&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=2&source_list=term&ref=%2Fexibicoes%2Fdemartin%2Fpage%2F2%2F>. Acesso em: 13 nov 2022.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educar em Revista**, v. 35, p. 17-33, 2019.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MEIRELLES, Victor. **Batalha dos Guararapes**. 1875/1879. 1 original de arte, óleo sobre tela, 500 x 925 cm. Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Victor_Meirelles_-_%27Battle_of_Guararapes%27,_1879,_oil_on_canvas,_Museu_Nacional_de_Belas_Artes,_Rio_de_Janeiro.JPG>. Acesso em: 13 nov 2022.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **D. João VI e a construção das bases do estado nacional.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

NABUCO, Joaquim. **Campanha abolicionista no Recife [eleições de 1884].** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. (V. 3).

NORA, Pierre. ***Realms of Memory: the construction of the French Past***. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

NORONHA, Ibsen. **Escravidão e leis no Brasil: aproximações jurídico-históricas.** São Luís: Livraria Resistência Cultural Editora. 4. ed. rev. ampl. 2019.

OLIVEIRA, Claudio Luiz de. Os Voluntários da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 152, n. 3, p. 12-33, 2016.

PARODI, Domenico. **Francisco Solano López**. 1870. 1 fotografia. 431 x 696 pixels. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lopez1870.jpg>. Acesso em: 12 nov 2022.

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? **Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 14, dez. 2000.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? **Nacionalidade em questão. Rio de Janeiro: UERJ**, p. 12-19, 1997.

ROCHA PITA, Sebastião da. **História da América Portuguesa.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROLLIN, Charles. ***Œuvres complètes: nouvelle édition accompagnée d'observations et d'éclaircissements historiques par M. Letronne***. Paris: Firmin Didot, 1821-1825, vol. I-XII.

ROZA, Filipe Lomba Garcia. A idealização do passado no conservadorismo reformista de Thomas Carlyle. **Revista Vox**, n. 12, p. 78-88, 2020.

SALDANHA, Flavio Henrique Dias. Exército e Guarda Nacional: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil imperial. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 9, n. 36, p. 673-681, 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, 2003.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP,** v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SILVA, Luzia Gabriele Maia. A biografia e a busca por uma dimensão individual da história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, p. 265-271, 2013.

SOARES, Álvaro Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)**. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2021.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, p. 90-111, 2009.

SPENCER, Herbert. ***The study of sociology***. London: Henry S. King & Co. 1873.

TANZI, Héctor José. Tradução de E. Simões de Paula. O Tratado de Tordesilhas e sua projeção. **Revista de História**, v. 54, n. 108, p. 533-541, 1976.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 287-296, 1995.

TORMENTO PABULUM. **Zuavo baiano**. 13 de setembro de 2015. Disponível em: https://tormentopabulum.wordpress.com/2015/09/13/zuavo-baiano/. Acesso em: 12 nov 2022.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da realidade brasileira: introdução à história das ideias políticas no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O positivismo no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

TORRES, Luiz Henrique. O conceito de história e historiografia. **Biblos**, v. 8, p. 53-59, 1996.

VAL, Sylvio dos Santos. A Guerra do Paraguai e seu aftermath: nucleação tecnológica na Marinha do Brasil". **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 43-54, 2015.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VASCONCELOS, Arnaldo. Teoria e prática do Poder Moderador. **Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 4, p. 72-81, 1986.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História das lutas com os hollandezes no Brasil: desde 1624 a 1654.** Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília: UNB, 1982.

VIANNA, Hélio. **D. Pedro I, Jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VIEIRA, André Guirland; HENRIQUES, Margarida Rangel. A construção narrativa da identidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, p. 163-170, 2014.

VIROLI, Maurizio. ***For love of country: An essay on patriotism and nationalism***. Oxford: Clarendon Press, 1995.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. Como escrever a História do Brasil. **Revista do IHGB**, n. 24, jan. 1845.

WHITEHEAD, Alfred North. ***Symbolism: its meaning and effect***. Cambridge: University Press, 1958.